



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



EDITAL DE LICITAÇÃO SIGA Nº TRF2-EDT-2024/00007 de 23 de janeiro de 2024

COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

Rua Acre, 80 – sala 1004 – Centro/Rio de Janeiro – CEP: 20.081-000

Telefone: 2282-8682 / 2282-8016

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2024

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Proc. nº (TRF2-EOF-2023/00274)

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº TRF2-PSG-2023/00547 de 27/11/2023, torna pública a abertura do certame licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços**, do tipo menor preço, modo de disputa aberto, realizado por meio da *internet*, no sítio **www.gov.br/compras**. O certame será regido pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 11.462/2023 e demais legislações aplicáveis e, ainda, pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

Data: 08 de fevereiro de 2024

Horário (de Brasília): 13:00

Local: www.gov.br/compras

Fazem parte deste Edital:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II – Planilha de Preços;



TRF2EDT202400007A

Anexo III – Declaração a ser apresentada por microempresas, para efeitos da obtenção de benefícios, nos termos do artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021;

Anexo IV - Declaração conforme artigo 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016;

Anexo V - Minuta da Ata de Registro de Preços;

1 - OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para prestar serviço especializado de confecção de: CONJUNTO DE MEDALHAS DO MÉRITO JUDICIÁRIO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, acompanhadas de itens de agraciamento, MOEDAS COMEMORATIVAS DO TRF2, BÓTONS POR TEMPO DE SERVIÇO, PEÇAS DE HOMENAGEM , através do Sistema de Registro de Preços, conforme especificações estipuladas no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

1.1 - O objeto desta licitação é composto por 04 (quatro) lotes que podem ser adjudicados a mais de uma licitante.

2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES

2.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via *internet*, as empresas que atenderem às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estiverem devidamente credenciadas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores - SICAF e no sítio **www.gov.br/compras**.

2.1.1 - Poderão participar deste Pregão **exclusivamente** microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 (artigo 4º, caput, da Lei nº 14.133/2021), previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no sítio **www.gov.br/compras**.

2.1.1.1 – A obtenção dos benefícios contemplados na Lei Complementar nº 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.2 - Para participação no pregão eletrônico, via *internet*, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório.

2.2.1 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/2021.

2.3 - Não poderão participar:



2.3.1 - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

2.3.2 - Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no País;

2.3.3 - Empresas que estejam sob falência, em processo de dissolução ou liquidação, bem como pessoas físicas com decretação de insolvência civil;

2.3.4 - Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

2.3.5 - Empresas que estejam cumprindo penalidade de impedimento do direito de licitar, no âmbito da administração pública direta e indireta da União Federal;

2.3.6 - Empresas proibidas de contratar com o poder público, nos termos do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, (Lei de Improbidade Administrativa), com a redação dada pela Lei nº 14.230/2021, observada também a inclusão operada pela Lei Complementar nº 157/2016.

2.3.7 - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.

2.3.8 - Empresas proibidas de contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 72, §8º, V, da Lei nº 9.605/1998.

2.3.9 - Empresas proibidas de contratar com a União, nos termos do artigo 155 da Lei nº 14.133/2021.

2.4 – Salvo vedação devidamente justificada, poderão participar da licitação pessoas jurídicas em consórcio, desde que comprovado o compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, havendo de ser observado o disposto no artigo 15 da Lei nº 14.133/2021.

2.5 - A participação na sessão pública da *internet* dar-se-á pela utilização da senha privativa da licitante.

2.6 - Todas as fotocópias de documentos deverão ser apresentadas de forma legível, com os originais para conferência ou com declaração de autenticidade firmada por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, ou, ainda, autenticadas, de forma física ou digital, por Tabela de Notas;

2.6.1 - O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;



2.7 - A entrega da proposta implica os seguintes compromissos por parte da licitante:

2.7.1 - Estar ciente das condições da licitação e assumir a responsabilidade pela veracidade das informações prestadas.

2.7.2 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Para participar do pregão eletrônico, a licitante deverá estar credenciada no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do sítio **www.gov.br/compras**.

3.2 - O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

3.3 - O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

3.4 - Caberá à licitante interessada em participar do pregão, na forma eletrônica:

3.4.1 - Credenciar-se previamente no SICAF ou no sistema eletrônico utilizado no certame;

3.4.2 - Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;

3.4.3 - Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4 - DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1 - A partir da data e horário previstos no Edital, será aberta a sessão pública do pregão eletrônico via *internet*, com a divulgação das propostas de preços recebidas, que deverão estar em perfeita consonância com as exigências estabelecidas no presente instrumento e seus anexos, devidamente publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

4.2 - A participação no pregão eletrônico ocorrerá por meio da digitação da senha privativa da licitante e envio de PROPOSTA, no prazo de 8 (oito) dias úteis, contados a partir da data de divulgação deste Edital, contendo a descrição do objeto ofertado e o preço, no **VALOR TOTAL**



DO LOTE QUE ESTIVER COTANDO, conforme modelo de Planilha de Preços, constante do Anexo II do Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via *internet*.

4.3 - Caberá à(s) licitante(s) acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em caso de inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

5.1 - A Proposta de Preços deverá ser encaminhada em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricada em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:

5.1.1 - O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;

5.1.2 - Indicação do CNPJ e razão social do proponente;

5.1.3 - O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante;

5.1.4 - Indicação da pessoa legalmente habilitada a **assinar a Ata de Registro de Preços /Contrato**, assim como o telefone e e-mail para contato;

5.1.5 - Preços unitário e total do item, em algarismo e por extenso, em moeda nacional, com no máximo duas casas decimais, conforme Modelo de Planilha de Preços, constante do Anexo II do Edital;

5.1.5.1 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim, todas as despesas pertinentes ao fornecimento deverão estar incluídas no preço proposto;

5.1.5.2 - Em caso de grupos de itens, deve ser observado o valor estimado em cada uma das frações de preço que compõem cada item.

5.1.6 - **Descrição integral das características técnicas do(s) produtos(s) cotados(s)**, obedecidas as especificações e exigências constantes do Termo de Referência - Anexo I deste Edital, bem como a MARCA (e modelo, se houver);

5.1.7 - **Prazo de validade da proposta**, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão pública deste Pregão eletrônico;

5.1.8 - **Prazo de entrega**, que deverá ser de, no máximo 1º prazo - ENTREGA DOS PROTÓTIPOS: até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao



recebimento da nota de empenho pela Contratada; 2º prazo - ENTREGA DO MATERIAL FINAL, APÓS APROVAÇÃO DOS PROTÓTIPOS: até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data da aprovação final dos protótipos de cada item pela ARIC;

5.1.9 - Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços: 1 (um) ano, contado da data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;

5.1.10 - Prazo de garantia dos serviços: será de, no mínimo 1 (um) ano, contado da data do recebimento definitivo, de que trata o item 16 deste edital;

5.1.10.1 – Os prazos serão contados a partir da data do recebimento definitivo dos materiais, prevalecendo o prazo de garantia fixado pelo fabricante ou fornecedor, caso seja maior.

5.1.10.1 - Durante o período da garantia, a CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

5.1.10.2 - O prazo de garantia deverá ser integral, devendo cobrir qualquer defeito de fabricação, quando em condições normais de uso;

5.2 - Na hipótese de omissão dos prazos mencionados nos subitens 5.1.7 a 5.1.10, considerar-se-ão os prazos previstos neste Edital.

Das Condições de Fornecimento

5.3 - Deverá ser trocado o produto fornecido, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, se na fase de recebimento/conferência for constatado que a entrega se deu após o decurso de tempo superior a 20% do prazo de validade indicado pelo fabricante;

5.4 - Caso quaisquer dos produtos fornecidos venham a apresentar vícios, defeitos ou incorreções decorrentes do processo de fabricação ou devido à má qualidade dentro do prazo mencionado no item anterior, contado do recebimento definitivo, deverão ser substituídos pela empresa fornecedora, sem ônus para o Contratante;

5.4.1 – O prazo máximo para substituição será de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da comunicação do fato à Contratada;

5.4.2 - Não serão aceitos materiais/produtos cujas embalagens estejam danificadas.

5.4.3 - Os produtos devem ser entregues em embalagem original do fabricante devidamente identificada.



5.5 - Os certificados de garantia deverão ser entregues juntamente com os materiais.

5.6 - As empresas deverão descrever os materiais e as marcas/modelos cotados em suas propostas, com vistas a possibilitar a emissão do parecer técnico. Na hipótese de cotação de marca similar, o licitante deverá descrever as características da marca cotada, apresentando a ficha técnica do produto e/ou laudos técnicos, onde constem especificações claras e detalhadas do material, que possibilitem a verificação da similaridade dos produtos.

5.7 - Da exigência de amostra:

5.7.1 - Como a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade, não pode ser somente aferida por meio de catálogos, folhetos ou propostas, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta.

5.7.2 - Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

5.7.3 - Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

5.7.4 - Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

5.7.4.1 - qualidade e tipo do material de cada um dos itens do objeto;

5.7.4.2 - dimensões e proporções das amostras;

5.7.4.3 - enviar amostras similares a cada um dos itens do objeto;

5.7.4.4 - acabamento do corte de cada um dos itens do objeto;

5.7.4.5 - precisão e acabamento;

5.7.4.6 - técnica de cunhagem/clichê para as comendas de metal (como medalhas, bótons e moedas);

5.7.4.7 - união das partes;

5.7.4.8 - dimensões;



5.7.4.9 - nitidez (legibilidade) e cores.

5.7.4.10- recorte do acrílico em três dimensões para efeito de aprovação para a peça de concessão em visita institucional;

5.7.4.11- enviar amostra com impressão em cores em acrílico para efeito de aprovação para a peça de concessão em visita institucional;

5.7.4.12 - enviar amostra com recortes em curvas e em três dimensões a fim de verificar a qualidade do acabamento para a peça de concessão em visita institucional;

5.7.5 - Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

5.7.6 - Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e experimentados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

5.7.7 - As amostras entregues (aprovadas ou reprovadas) deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 15 (quinze) dias a contar da divulgação do resultado final da licitação. Após o referido prazo, as amostras poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

5.7.8 - O prazo de entrega das referidas amostras será de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da convocação efetuada pelo Pregoeiro no sistema compras.gov. O local de entrega da amostra será na Rua Acre no 80, 20º andar, sala 2001A, Centro, Rio de Janeiro, para ser analisada por servidores técnicos ou analistas da Assessoria de Relações Institucionais e Cerimonial - ARIC da Presidência do TRF2, a qual emitirá parecer em que constará "aprovado" ou "reprovado"

5.7.9 - O prazo para análise da amostra (TRF2) na fase de aceitação será de até 5 dias úteis a partir do recebimento da amostra.

5.8 - Depois de solicitada pelo Pregoeiro no sistema eletrônico a proposta de preços da empresa vencedora, contendo descrição do objeto ofertado, deverá ser atualizada e assinada, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou o valor negociado, e enviada, juntamente com os documentos complementares, quando necessários, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação e/ou inabilitação, por meio do próprio Sistema *Compras.gov.br*.

5.8.1 - O prazo estipulado acima é referencial. O Pregoeiro poderá estendê-lo, bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da proposta e documentos complementares de habilitação.



5.9 - Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.

5.10 - Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

5.11 - No caso de haver divergência entre a descrição do código dos produtos no *Compras.gov.br* e o disposto no Termo de Referência - Anexo I deste Edital, a(s) licitante(s) deverá(ão) obedecer a este último.

5.12 - Serão desclassificadas as propostas que:

5.12.1 - contiverem vícios insanáveis;

5.12.2 - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

5.12.3 - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

5.12.3.1 - Nesta hipótese, será facultado à licitante o prazo de até 5 (cinco) dias, contados da intimação, para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta

5.12.4 - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.12.5 - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

6.1 - O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

6.2 - O Pregoeiro poderá solicitar pareceres de servidores técnicos do TRF - 2ª Região ou, ainda, de especialistas pessoas físicas ou jurídicas, para orientar sua decisão.

6.3 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.



6.4 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

6.5 - O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pelo TRF - 2ª Região.

6.6 - Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

6.7 - Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes, excessivas ou inexequíveis;

6.8 - O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir das licitantes que ela seja demonstrada, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da intimação.

6.9 - O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da intimação.

6.10 - Durante a vigência inicial da Ata, os preços registrados são fixos e irrevogáveis, ressalvadas as seguintes hipóteses:

6.10.1 - Força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilize a execução da Ata tal como pactuada, nos termos do artigo 124, inciso II, alínea d, da Lei nº 14.133/2021;

6.10.2 - Criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.10.3 - Prorrogação da vigência da Ata por mais 1 (um) ano, situação em que os preços poderão ser reajustados pela variação do IPCA - calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro indexador que venha a ser acordado entre as partes, mediante solicitação do fornecedor, e desde que comprovada a vantagem, conforme fórmula a seguir:

$$R = [(I - I_0) / I_0] \times V, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajustamento procurado.

I = Índice da data do reajuste.



Io= Índice da data do orçamento estimado pela Administração

V = Valor do Preço Registrado

6.10.3.1 – A aplicação da fórmula supracitada vincula-se à divulgação do índice oficial do mês de reajuste, não devendo ser utilizado o cálculo pro-rata, mas sim o mês cheio.

7 - DA COMPETITIVIDADE (FORMULAÇÃO DE LANCES)

7.1 - A partir do horário previsto no Instrumento Convocatório, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no Edital.

7.2 - A licitante deverá enviar proposta através do sistema eletrônico para o **valor total do lote estiver cotando**, conforme modelo de planilha constante do Anexo II, sob pena de desclassificação.

7.3 - As participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.4 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no Edital.

7.5 - As licitantes somente poderão oferecer lance inferior ao último por elas ofertado e registrado no sistema.

7.6 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.7 - A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de dez minutos, sendo prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.7.1 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 7.7, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.7.2 - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no subitem 7.7 e no subitem 7.7.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.7.3 - Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem 7.7.1, o Pregoeiro poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa e com o assessoramento da equipe de apoio.



7.7.4. A diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, **R\$ 100,00 (cem reais)**, tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

7.8 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.8.1 - Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

7.9 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no artigo 156 da Lei nº 14133/2021.

7.10 - Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

7.11 - Após o encerramento da etapa competitiva, as licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante mais bem classificada.

7.12 - A apresentação de novas propostas na forma dos subitens 7.10 e 7.11 não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.

7.13 - Definido o resultado do julgamento o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada.

7.13.1 - A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pelo TRF - 2ª Região.

7.13.2 - Após concluída a negociação, o resultado será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8 - DO PROCEDIMENTO

8.1 - Aberta a sessão pública, o Pregoeiro verificará a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas que não atenderem aos requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.



8.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de **menor valor total do lote**, desde que atendidas as especificações constantes deste Pregão.

8.3 - Definidas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, que prosseguirá com o envio de lances pelas licitantes exclusivamente pelo sistema eletrônico.

8.4 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem;

8.4.1 - Disputa final, hipótese em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.4.2 - Avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas na lei;

8.4.3 - Desenvolvimento pelas licitantes de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme artigo 5º, do Decreto nº 11.430/2023;

8.4.4 - Desenvolvimento pelas licitantes de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.5 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate definidos no artigo 60, da Lei nº 14.133/2021.

8.5.1 - Empresas estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro;

8.5.2 - Empresas brasileiras;

8.5.3 - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.5.4 - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.6 - Encerrada a etapa de lances o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do item 9 deste Edital.

8.7 - Será declarada vencedora a proposta que ofertar o **menor valor total do lote**, observadas as exigências constantes deste Edital.



8.8 - Na hipótese de a proposta de menor valor não ser aceitável, ou se a licitante vencedora não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, verificando a sua aceitabilidade, procederá à habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

8.9 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.

8.10 - O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação na fase de julgamento, devendo as licitantes atender às solicitações no prazo estipulado, contado do recebimento da convocação.

8.10.1 - Não será permitida a substituição ou apresentação de novos documentos em sede de diligência, salvo para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados ou atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento da proposta.

8.11 - No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.12 - O TRF - 2ª Região poderá disponibilizar protótipo do objeto licitado e exigir, na fase de julgamento das propostas, amostras da licitante provisoriamente vencedora, para atender a diligência ou, após o julgamento, como condição para firmar contrato.

8.13 - O pregoeiro, constatando o atendimento às exigências fixadas no Edital, aceitará a proposta mais bem classificada e habilitará a licitante.

8.14 - Após, a autoridade superior adjudicará o objeto e homologará o certame.

9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência da sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União;



c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo CNJ.

9.1.1 – Poderá haver a substituição das consultas dos subitens acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidões-afp.apps.tcu.gov.br/>);

9.1.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992.

9.1.3 - Constatada a existência das sanções previstas no artigo 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

9.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.2.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual;

9.2.2 – Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, no caso de microempreendedor individual;

9.2.3 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, além de CPF do representante legal, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.4 - Compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, e indicação da empresa líder do consórcio .

9.3 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.3.1. - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.3.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.3 - Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional demonstrando a regularidade quanto aos Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias (Portaria MF nº 358/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014, alteradas pelas Portarias Conjuntas PGFN/RFB nºs 1821/2014, 1400/2015, 3193/17, 682/2019 e 103/2021);



9.3.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.6 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;

9.3.7 - Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, dentro da validade, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440/2011;

9.3.8 - A consulta *on-line* deverá comprovar que a licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.

9.3.9 - Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado à licitante cadastrada e parcialmente habilitada no SICAF o direito de apresentar, via sistema, a documentação atualizada, quando solicitada pelo Pregoeiro.

9.3.10 - O registro regular e atualizado no SICAF supre, no que couber, as exigências previstas nos subitens 9.3.1 a 9.3.7 (exceto o subitem 9.3.2).

9.4 - Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas, ainda, as DECLARAÇÕES listadas a seguir, as quais serão virtuais e deverão ser inseridas em campo próprio do sistema *Compras.gov.br*, na ocasião em que a licitante cadastrar sua proposta:

9.4.1 - Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, sendo que a licitante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.4.2 - Declaração da licitante de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte e que atende, sob as penas da lei, aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 /2006, para fazer jus aos benefícios estabelecidos nos artigos 42 e 43 da referida Lei;

9.4.3 - Declaração referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal;

9.4.4 - Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e reabilitado da Previdência Social.

9.4.5 - Declaração de inexistência de fato superveniente.

9.4.6 - Declaração independente de proposta.



9.4.7 - Declaração de que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.4.8 - Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão constitui meio legal de prova.

9.4.9 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

9.4.10 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, as microempresas e empresas de pequeno porte terão assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da divulgação do resultado da fase de habilitação, prorrogável por igual período, a critério do TRF – 2ª Região, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

9.4.11 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.4.10, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, visando ao prosseguimento do certame, ou propor a revogação deste Pregão.

9.5 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.5.1 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

9.5.1.1 - A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de pelo menos 01 (um) atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante prestou serviço especializado de confecção similar ao da presente licitação

9.5.1.1.1 - Juntamente ao(s) atestado(s) deve(m) ser fornecido(s) nome, telefone do emissor do atestado e da área técnica autorizada a responder diligências.

9.5.1.2 - No caso de entidades públicas da Administração Direta ou Indireta será admitida a comprovação mediante a apresentação de Contrato ou Nota de Empenho.

9.5.2 - As empresas deverão enviar para todos os itens do objeto que possuam em sua composição substâncias consideradas como potencialmente poluidoras ou que utilizem recursos ambientais, o Comprovante de Registro do Fabricante do produto no CADASTRO TÉCNICO FEDERAL DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS OU UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS - CTF/APP, acompanhado do respectivo CERTIFICADO DE REGULARIDADE VÁLIDO, atendendo a exigência da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 e, nos termos do art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;



9.5.3 - Será exigida, por ocasião da aceitabilidade da proposta do licitante vencedor (e apenas deste), a Licença Ambiental de Operação (LAO) do empreendimento, com prazo de validade em vigor e expedida pelo órgão ambiental competente, como condição para aceitação dos produtos, conforme explicita o MANUAL DE SUSTENTABILIDADE NAS COMPRAS E CONTRATOS DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL 2ª EDIÇÃO, de acordo com o entendimento do TCU, e do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria Geral da União da Advocacia Geral da União, em sua 5ª Edição.

9.5.3.1 - Como requisito para participação no certame, pode ser exigida a declaração de disponibilidade da licença ambiental ou declaração de que o licitante reúne condições de apresentá-la quando solicitado pela Administração, conforme Acórdão 6306/2021- TCU- Segunda Câmara, registrado no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria Geral da União da Advocacia Geral da União, em sua 5ª Edição.

9.5.4 - Em caso de apresentação de atestado de desempenho anterior, emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte a licitante, é necessário que o atestado ou o contrato de constituição do consórcio identifique a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, havendo de ser adotados os seguintes critérios de avaliação na hipótese:

9.5.4.1 - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

9.5.4.2 - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado, de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

9.5.5 - O TRF - 2ª Região poderá realizar as diligências necessárias, solicitando documentos ou realizando visitas, na Sede ou na filial da licitante, em entidade pública ou privada, com o objetivo de comprovar a veracidade das informações apresentadas pela licitante.

10 - DA VISTORIA TÉCNICA

10.1 - A licitante poderá realizar visita técnica ao Tribunal, através de seu representante legal ou profissional por ele autorizado, até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, para garantir que as comendas e todo o material que venha a ser solicitado, sejam confeccionados, no mesmo padrão (cores, material, dimensões e formato) e qualidade dos modelos já produzidos para o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, localizado na rua Acre, 80, Centro – Rio de Janeiro/RJ.

10.2 - Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes, como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Pregão.



10.3 - A vistoria ocorrerá em dia útil, conforme disponibilidade, de segunda-feira a sexta-feira, das 12:00 às 17:00 horas, mediante prévio agendamento pelos telefones (21) 2282-8486 ou 2282-8389 ou pelo e-mail relacoesinstitucionais@trf2.jus.br. As visitas sem agendamento prévio ficarão condicionadas à disponibilidade de servidor para acompanhamento.

10.4- **CERTIFICADO DE VISTORIA** será emitido pela Assessoria de Relações Institucionais e Cerimonial da Presidência – ARIC, na Rua Acre, nº 80 - 20º andar, sala 2001A – Centro / Rio de Janeiro, comprovando que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e detalhes que envolvem o objeto deste contrato, especialmente no que tange à manutenção da padronização com os itens de agraciamento já produzidos anteriormente para o TRF2.

10.4.1 - Esta vistoria é considerada suficiente para que a licitante conheça todos os aspectos pertencentes aos serviços a serem executados.

10.4.2 - A licitante não poderá alegar desconhecimento de nenhuma das características técnicas deste Termo de Referência.

11 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do fornecimento objeto deste Registro de Preços correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento deste TRF - 2ª Região, na época da realização da despesa.

12 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

12.1 – O esclarecimento de dúvidas acerca das condições deste Edital, bem como as informações adicionais sobre a presente licitação, serão divulgados no sítio do Tribunal: www.trf2.jus.br, opção “Transparência e Prestação de Contas/ Gestão das Contratações e Aquisições / Licitações e contratos / licitações em andamento”, e no sítio: www.gov.br/compras, na opção “visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos”, ficando as licitantes obrigadas a acessá-los para conhecimento das informações lançadas pelo Pregoeiro.

12.2 - Maiores esclarecimentos de ordem legal ou técnica, ou sobre os termos deste Pregão, ou ainda informações complementares sobre o presente Edital poderão ser solicitados ao Pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail para cpl@trf2.jus.br, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, no horário de 12h às 17h. Os telefones de contato são (21) 2282-8682 e 2282-8016.

12.3 - Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do Edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no Edital, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

12.4 - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.



12.5 - Acolhida a impugnação do Edital, será designada nova data para a realização do certame.

13 - DOS RECURSOS

13.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.2 - A falta de manifestação imediata e motivada da(s) licitante(s) quanto à intenção de recorrer importará a preclusão do direito de recurso, podendo o Pregoeiro aceitar a proposta e habilitar a licitante vencedora;

13.3 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

14 - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

14.1 - Após a homologação do resultado do julgamento, a licitante vencedora será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços, constante do Anexo V deste Edital, podendo, posteriormente, ser convocada para retirar nota de empenho/assinar contrato, preferencialmente junto à Divisão de Contratos, na Rua Visconde de Inhaúma, 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, no horário de 12h às 17h.

14.1.1 - A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

14.2 - A convocação de que trata o subitem 13.1 deverá ser atendida, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável apenas 01 (uma) única vez, mediante solicitação apresentada dentro do prazo e devidamente justificada pela licitante, que deverá ser aceita pelo TRF - 2ª Região, sob pena de decair do direito a ter o seu preço registrado, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei 14.133/2021.

14.3 - No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços e/ou do Contrato, será verificada a regularidade da empresa, mediante consulta *on-line* junto ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem assim emitidas certidões negativas de inidoneidade e de impedimento, regularidade que deverá ser mantida pela licitante durante a vigência do Contrato.



14.4 - Ao assinar a Ata de Registro de Preços, o instrumento contratual ou retirar a nota de empenho, a empresa adjudicatária obriga-se a entregar os produtos/equipamentos a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus Anexos e na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste instrumento convocatório.

14.4.1 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na Ata de Registro de Preços.

14.4.2 - A contratação com os fornecedores registrados na Ata será formalizada pelo Órgão ou entidade interessada por meio de contrato ou emissão de nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil, os quais deverão ser assinados no prazo de vigência da ata de registro de preços.

14.4.3 - O TRF - 2ª Região não está obrigado a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

14.4.4 - Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, nos termos do artigo 124, da Lei nº 14.133/2021.

14.4.5 - A vigência dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços será extensiva à data de assinatura do Termo de Recebimento Definitivo a que alude o subitem 17.1.2.

14.5 - Desde que atendidos os pressupostos da lei, será incluído na respectiva Ata, na forma de anexo, o registro das licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos da licitante vencedora, seguido pelas licitantes que mantiveram sua proposta original, segundo a ordem de classificação baseada na última proposta apresentada durante a fase competitiva, que deverá ser observada para fins de eventual contratação.

14.6 - É facultado ao TRF - 2ª Região, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços nos prazos e condições estabelecidos, ou recusar-se a retirar a nota de empenho, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.

14.6.1 - Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar os bens com preços iguais aos da adjudicatária anuir a contratação, serão convocadas as licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, ainda que acima do preço da adjudicatária.

14.6.2 - Caso frustrada a negociação de melhor condição, nos termos do subitem 14.6.1, será realizada a adjudicação e firmado o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.

14.7 - A recusa injustificada do fornecedor classificado em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido pela Administração ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas em lei.



14.8 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016.

14.8.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo IV do presente Edital, a qual será entregue no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços/do Contrato.

15 - DO REGISTRO DE PREÇOS

15.1 - O TRF - 2ª Região é o Órgão gerenciador responsável pela condução dos procedimentos de registro de preços e pelo gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente, cuja vigência será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

15.2 - Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, o TRF - 2ª Região designará servidor para exercer o acompanhamento e a fiscalização do contrato.

15.3 - O fornecedor registrado terá seu registro cancelado quando:

15.3.1 - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços sem motivo justificado;

15.3.2 - Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo TRF - 2ª Região, sem justificativa razoável;

15.3.3 - Não aceitar manter o preço registrado, na hipótese de indeferimento de pedido de alteração, nos termos do artigo 27, §2º, do Decreto nº 11.462/2023;

15.3.4 – Sofrer sanção prevista no artigo 156, incisos III ou IV, da Lei nº 14.133/2021;

15.3.4.1 - Caso a penalidade não ultrapasse o prazo de vigência da Ata, o Órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da Ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

15.4 - O cancelamento do registro do fornecedor será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão gerenciador, garantidos o contraditório e a ampla defesa.



15.5 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

15.6 - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo Órgão gerenciador na Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses:

15.6.1 - Existência de razões de interesse público, devidamente comprovadas e justificadas;

15.6.2 - Comprovação de que o fornecedor está impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, devido à ocorrência de caso fortuito ou de força maior.

15.6.3 - Ausência de êxito nas negociações para adequação do preço registrado ao preço praticado pelo mercado, nos termos do artigo 26 §3º, e do artigo 27 §4º, do Decreto nº 11.462/2023.

16 - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 - Os órgãos e as entidades que não participarem do procedimento de intenção de registro de preços poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

16.1.1 - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

16.1.2 - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021;

16.1.3 - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

16.1.3.1 - eventual concessão de autorização por parte do Órgão gerenciador será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor, conforme subitem 16.4.

16.2 - O limite das aquisições ou das contratações, a que se refere o subitem 16.1, não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados para o Órgão gerenciador e para os órgãos ou as entidades participantes.

16.3 - O limite global de adesões à ata de registro de preços, a que se refere o subitem 15.1, não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o Órgão gerenciador e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem. (artigo 86, §5º, da Lei nº 14.133/2021 e artigo 32, inciso II, do Decreto nº 11.462/2023)



16.3.1 - O limite referenciado no subitem 16.3 não se aplica nas hipóteses descritas no artigo 32, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 11.462/2023.

16.4 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preço deverão encaminhar ofício ao órgão gerenciador, juntamente com a concordância e declaração do fornecedor, nos termos do subitem 16.1.3;

16.5 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e os órgãos participantes.

16.5.1. - A concordância do fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços deverá conter declaração de que não haverá prejuízos às obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata firmada com o TRF - 2ª Região.

16.6 - Ao órgão não participante que aderir à Ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

16.7 - O órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

16.8 - Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da Ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

16.9 - É vedada a participação de órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, ressalvada a hipótese de ata com registro de quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital.

16.10 - O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos neste Edital.

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

17.1 - Em conformidade com o artigo 140 da Lei n.º 14.133/2021, o objeto do contrato será recebido mediante termo detalhado, assinado pelas partes, da seguinte forma:



17.1.1 - Provisoriamente - De forma sumária, mediante recibo aposto no documento fiscal, pelo Fiscal Técnico, imediatamente após efetuada a entrega do material para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificidades do Pregão.

17.1.2 - Definitivamente - Pelo gestor do Contrato e pelo fiscal requisitante, mediante termo detalhado, que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório, salvo motivo justificado;

17.1.2.1 – O atesto será lavrado na mesma data do “recebimento definitivo”, compreendendo a execução do objeto da contratação, a regularidade do faturamento e o cumprimento das demais obrigações contratualmente previstas.

17.2 - O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações do Edital e seus anexos.

17.3 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da solicitação do TRF - 2ª Região, o objeto deste Edital, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

17.4 - O aceite/aprovação do(s) produto(s) pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao TRF 2ª Região as faculdades previstas no artigo 18 da Lei nº 8.078/1990;

18 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.1 – O pagamento será efetuado após a entrega dos produtos, à vista do documento fiscal apresentado pela Contratada, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior a R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos), ou em até 10 (dez) dias úteis contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior a R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos).

18.1.1 – A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação;

18.1.2 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes;



18.1.2.1 – O atesto será lavrado na mesma data do “recebimento definitivo”, compreendendo a execução do objeto da contratação, a regularidade do faturamento e o cumprimento das demais obrigações contratualmente previstas;

18.1.3 - Para fins do disposto no subitem 18.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

18.2 - O documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, no horário das 12:00 às 17:00, de segunda a sexta-feira, em 02 (duas) vias devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail notafiscal@trf2.jus.br.”;

18.2.1 - O local de entrega dos produtos é na Assessoria de Relações Institucionais e Cerimonial da Presidência - ARIC, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, localizado na Rua do Acre, 80 / 20º andar, sala 2001-A - Centro/Rio de Janeiro RJ, das 12 às 17 horas, de 2ª a 6ª feira;

18.2.2 - A entrega deverá ser agendada, com antecedência mínima de 48 horas, através do e-mail: relacoesinstitucionais@trf2.jus.br, c/c para o e-mail: rp@trf2.jus.br e dos telefones: (0XX21) 2282-8181 e (0XX21) 2282-8389

18.3 - A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal;

18.4 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação, em duas vias, da Declaração a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nº 1540, de 05/01/2015, e nº 1.552, de 02/03/2015;

18.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas;

18.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento;

18.6 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 17.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

18.7 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do artigo 14 da Lei Municipal nº 691/1984, alterada pela Lei nº 3.691/2003, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, no ato do pagamento.



18.7.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item 17.7, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

18.7.2. Em caso de atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a CONTRATADA, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

19 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1 - São obrigações da Contratada, além das constantes no Anexo I deste Edital (Termo de Referência):

19.1.1 – Responder por perdas e danos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

19.1.2 – Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do Contratante;

19.2 – O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros;

19.3 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

20- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

20.1 - São obrigações do Contratante, além das constantes no Anexo I deste Edital (Termo de Referência):

20.1.1 – Proporcionar todos os meios indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

20.1.2 – Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado;

20.1.3 – Acompanhar, fiscalizar e avaliar o fornecimento do(s) produto(s)/material(is) objeto do Contrato;



20.1.4 – Comunicar oficialmente à Contratada qualquer falha ou irregularidade verificada no cumprimento do Contrato, determinando, de imediato, a adoção de medidas necessárias à solução dos problemas;

20.1.5 – Facilitar o acesso da Contratada para a consecução do objeto do Contrato;

20.1.6 – Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada, pertinentes ao objeto, para a fiel execução do avençado;

20.1.7 – Solicitar reparo, correção, remoção ou substituição do(s) produto(s)/material(is) em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

20.1.8 – Disponibilizar local adequado para a realização da entrega.

20.1.9 - Recusar o recebimento do material que esteja em desconformidade com as especificações constantes da proposta apresentada pela Contratada.

21 - DAS SANÇÕES

21.1 - Com fundamento no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, a licitante ou a Contratada será responsabilizada administrativamente nas seguintes hipóteses:

21.1.1 - der causa à inexecução parcial do contrato;

21.1.2 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

21.1.3 - der causa à inexecução total do contrato;

21.1.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

21.1.5 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

21.1.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

21.1.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;



21.1.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

21.1.9 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

21.1.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

21.1.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

21.1.12 - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

21.2.1 - **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

21.2.2 - **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 21.1.2, 21.1.3, 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6 e 21.1.7 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ;

21.2.3 - **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 21.1.8, 21.1.9, 21.1.10, 21.1.11 e 21.1.12 acima, bem como nos subitens 21.1.2, 21.1.3, 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6 e 21.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 21.2.2.

21.2.3.1 - Nesta hipótese, o responsável ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

21.2.4 - **Multa:**

21.2.4.1 - Quando do descumprimento de obrigações específicas e gerais constantes do Edital, a Contratada estará sujeita à penalidade de multa entre 0,5% e 1,0% do valor do contrato, por item obrigatório descumprido, limitada ao percentual máximo de 2%, se descumprido mais de 1 (um) item obrigatório concomitantemente, caso não sejam acatadas as justificativas apresentadas.

21.2.4.2 - No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.



21.2.4.3 - No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

21.3 - A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante .

21.4 - Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa .

21.4.1 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

21.4.2 - O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à Contratada;

21.4.3 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será encaminhada para inscrição em dívida ativa e posterior cobrança judicial;

21.4.4 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.4.5 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora, no valor compreendido entre 0,02% e 0,5%, sendo que sua aplicação não impedirá a conversão em multa compensatória e a promoção da extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

21.4.6 - Caso o valor da garantia, se exigida, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do Contratante.

21.5 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.6 - Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;



c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.7 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

21.8 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

21.9 - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

21.10 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei nº 14.133/2021.

21.11 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22 - DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 - Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação, observadas as condições especificadas no artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, devendo a solicitação dilatória ser fundamentada por escrito e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, bem como apresentada contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

22.2 - O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais nele previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal do TRF - 2ª Região, nos casos enumerados nos artigos 137 e 138, inciso I e §1º, da Lei nº 14.133/2021.



22.2.1 - Em caso de rescisão unilateral, o TRF - 2ª Região poderá convocar as demais licitantes classificadas para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento, observados os critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do artigo 90 da Lei nº 14.133/2021.

22.3 - Fica assegurado ao TRF - 2ª Região o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:

22.3.1 - Adiar a data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos sítios: www.trf2.jus.br, opção "Transparência e Prestação de Contas / gestão das contratações e aquisições / licitações, compras, contratos e atas de registro de preços / licitações em andamento", e www.gov.br/compras, opção "visualizar/ Impugnações/ Esclarecimentos / Avisos", e comunicando às empresas, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data inicialmente marcada;

22.3.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, assegurada a prévia manifestação dos interessados, nos termos do artigo 71, incisos II e III, da Lei nº 14.133 /2021;

22.3.3 - Alterar, dando ciência aos interessados, as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão.

22.4 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro que decidirá com base na legislação vigente.

- assinado eletronicamente -
FERNANDA DE ANDRADE VECCHI
Coordenador(a) EM EXERCÍCIO





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



TERMO DE REFERÊNCIA Nº TRF2-TER-2024/00015

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO:

1.1 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

Contratação de empresa para prestar serviço especializado de confecção de:

- **CONJUNTO DE MEDALHAS DO MÉRITO JUDICIÁRIO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**, acompanhadas dos demais itens de agraciamento (itens 1.1.1 até 1.1.15);
- **MOEDAS COMEMORATIVAS DO TRF2** (item 1.1.16);
- **BÓTONS POR TEMPO DE SERVIÇO** (itens 1.1.17, 1.1.18 e 1.1.19); e de
- **PEÇAS DE HOMENAGEM** (item 1.1.20), que serão concedidas por ocasião das visitas institucionais.

Para esse conjunto de objetos existem as fotografias dos modelos já produzidos e/ou os respectivos desenhos técnicos, em anexo, conforme especificações a seguir, definidas na planilha abaixo, com a especificação técnica detalhada de cada item, incluindo o respectivo quantitativo. Os itens desta planilha foram estimados para gerar **Ata de Registro de Preços, com validade de 1 (UM) ano, renováveis por mais 1 (UM) ano.**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
DESEMBARGADORES DO TRF2 – (COMENDA GRÃO COLAR)		
1.1.1	PLACA COM RESPLENDOR (pendente do colar da placa com resplendor – item 1.1.2): Estampada/cunhada em Liga metálica Tombac (cobre e zinco, conforme norma técnica da ASTM B-36, espessura de 20 microns), tratamento de retirada de impurezas com banhos desengraxantes e acabamento por meio de banho eletrolítico de níquel com recobrimento galvânico e banho de ouro 1000, diluído no substrato de Tombac. No anverso: Com 65 mm de diâmetro, composta por um resplendor dourado polido sotoposto a uma cruz formada por quatro setas convergentes, contornada com dourado e fio preto e no interior esmalte branco. Abaixo da cruz dois ramos de louro (laurus nobilis) estilizados contornados de dourado e interior em esmalte verde esmeralda.	10 (DEZ) unidades

Classif. documental

30.01.01.01



TRF2TER202400015A

	<p>Acima da cruz, círculo contornado de dourado e no interior, na parte superior, a inscrição (MÉRITO JUDICIÁRIO) na parte inferior (TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO) sobre fundo azul (pantone 295M). Ao centro do círculo, mapa do Brasil contornado de dourado e fundo esmaltado na cor azul (pantone 292M), com espada e balança em dourado e círculo representando o estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo na cor vermelha.</p> <p>No verso: Plano, em dourado, com as inscrições em alto relevo, conforme desenho técnico, tanto na parte superior (MÉRITO JUDICIÁRIO), quanto na parte central (TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO).</p> <p>Argola para fixação no colar.</p>	
1.1.2	<p><u>COLAR DA PLACA COM RESPLENDOR (COLAR DA COMENDA GRÃO COLAR):</u></p> <p>Insígnia (placa com resplendor): diâmetro de 6,5 cm pendente de um colar de uma corrente de prata dourada encimada por uma imagem de seis pontas, de tamanho grande, esmaltada de azul e orlada de prata dourada; o referido colar é ornado, alternadamente, com braços da cruz de malta da medalha, esmaltada de branco e orlada de prata dourada e de um escudo peninsular português, dourado, filetado em dourado, campo dourado, contendo ao centro o Brasão das Armas da República Federativa do Brasil, dourado e em alto relevo.</p> <p>O colar tem 850mm de comprimento linear.</p> <p>Fecho pega-ladrão ajustável, de metal dourado, em que uma parte é inserida no interior da outra e há um gancho que fica preso, por pressão, a uma pequena esfera, exatamente como o fecho da fotografia, constante no ANEXO A - FOTOS ITENS MEDALHAS COM A FAIXA DE CORPO.</p>	10 (DEZ) unidades
1.1.3	<p><u>CRACHÁ:</u></p> <p>Estampada/cunhada em Liga metálica Tombac (cobre e zinco, conforme norma técnica da ASTM B-36, espessura de 20 microns), tratamento de retirada de impurezas com banhos desengraxantes e acabamento por meio de banho eletrolítico de níquel</p>	10 (DEZ) unidades



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



com recobrimento galvânico e banho de ouro 1000, diluído no substrato de Tombac.

No anverso: Côncava (abaulada), com 65 mm de diâmetro, composta por um resplendor dourado polido sotoposto a uma cruz formada por quatro setas convergentes, contornada com dourado e fio preto e no interior esmalte branco. Abaixo da cruz dois ramos de louro (*laurus nobilis*) estilizados contornados de dourado e interior em esmalte verde esmeralda.

Acima da cruz, círculo contornado de dourado e no interior, na parte superior, a inscrição (MÉRITO JUDICIÁRIO) na parte inferior (TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO) sobre fundo azul (pantone 295M). Ao centro do círculo, mapa do Brasil contornado de dourado e fundo esmaltado na cor azul (pantone 292M), com espada e balança em dourado e círculo representando o estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo na cor vermelha.

No verso:

Em dourado, com as inscrições em alto relevo, conforme desenho técnico, tanto na parte superior (MÉRITO JUDICIÁRIO), quanto na parte central (TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO).

Método de fixação na roupa: três pinos soldados no verso, em prata, dourados, com o mesmo banho da medalha, que não permita escurecer. Os pinos devem ser de dimensões adequadas para a inserção de três tarraxas de metal de pressão, com excelente qualidade (resistentes como as americanas), também douradas no mesmo banho e material da medalha, para não escurecer. O sistema de fixação deve possibilitar que o crachá se mantenha preso à roupa (tecidos de terno, blazer e/ou tecido fino), de maneira que não caia durante a movimentação do agraciado e não danifique sua indumentária.

***AUTORIDADES EXTERNAS E/OU SUPERIORES EQUIVALENTES –
(COMENDA COLAR COM FITA DE PESCOÇO); JUÍZES FEDERAIS DA 2ª
REGIÃO OU AUTORIDADES EQUIVALENTES)***

1.1.4

MEDALHA DO MÉRITO (acompanha a Comenda Colar com Fita de Pescoço):

- MEDALHA – Estampada/cunhada em Liga metálica Tombac (cobre e zinco, conforme norma técnica da

**10 (DEZ)
unidades**



TRF2TER202400015A

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



ASTM B-36, espessura de 20 microns), tratamento de retirada de impurezas com banhos desengraxantes e acabamento por meio de banho eletrolítico de níquel com recobrimento galvânico e banho de ouro 1000, diluído no substrato de Tombac, com argola para fixação na fita.

No anverso: Medalha com 50 mm de diâmetro e 4,5 mm de espessura no plano de maior relevo. Composta por cruz formada por quatro setas convergentes, contornada com dourado e fio preto e no interior esmalte branco. Abaixo da cruz dois ramos de louro (*laurus nobilis*) estilizados contornados de dourado e interior em esmalte verde esmeralda. Acima da cruz, círculo contornado de dourado e no interior, na parte superior, a inscrição (MÉRITO JUDICIÁRIO) na parte inferior (TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO) sobre fundo azul (pantone 295M). Ao centro do círculo, mapa do Brasil contornado de dourado e fundo esmaltado na cor azul (pantone 292M), com espada e balança em dourado e círculo representando o estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo na cor vermelha;

No verso: as mesmas características do anverso, com exceção do centro, que vai carregado somente por um círculo esmaltado em azul (pantone 295M) filetado a ouro, contornado de dourado contendo gravado em seu interior o Brasão da República em dourado;

Argolas para fixação da fita

1.1.5

FITA DE PESCOÇO (acompanha a Comenda Colar com Fita de Pescoço):

Produzida de gorgorão de seda achamlotada com 52 mm de largura e 600 mm de comprimento linear, composta por sete faixas, descritas na sequência de cores a partir da extremidade na cor preta, amarelo (pantone 116M), verde (pantone 356M), azul central (pantone 295M), verde (pantone 356M), amarelo (pantone 116M) e na cor preta com as extremidades abainhadas e para garantir melhor adaptação do colar no uso, o meio da fita terá costura reforçada, em forma triangular, e neste ponto será preso o passador que une a fita à Medalha.

A fita será afixada por meio de fecho com velcro de boa qualidade em cor branca com extensão

**10 (DEZ)
unidades**



TRF2TER202400015A

	(comprimento) de 4cm de modo a permitir o ajuste no pescoço dos homenageados. O acabamento da fita e do velcro deve ser observado nas fotos do ANEXO A.	
1.1.6	PASSADOR (acompanha a comenda <u>Colar com Fita de Pescoço</u>): Estampada/cunhada em liga metálica Tombac (cobre e zinco), conforme norma técnica da ASTM B-36, espessura de 20 microns), polido. Tratamento de retirada de impurezas com banhos desengraxantes e acabamento por meio de banho eletrolítico de níquel com recobrimento galvânico e banho de ouro 1000, diluído no substrato de Tombac, composto por folhas e frutos estilizados de louro em alto relevo, com 49 mm de comprimento por 06 mm de largura.	10 (DEZ) Unidades
ITENS QUE A PRINCÍPIO DEVEM ESTAR PRESENTES EM TODOS OS QUITES DE AGRACIADOS		
1.1.7	BARRETA: Estampada/cunhada em liga metálica Tombac (cobre e zinco), conforme norma técnica da ASTM B-36, espessura de 20 microns), polido. Tratamento de retirada de impurezas com banhos desengraxantes e acabamento por meio de banho eletrolítico de níquel com recobrimento galvânico e banho de ouro 1000, diluído no substrato de Tombac, forrado com fita de gorgorão de seda achamalotada, medindo 35 mm de comprimento por 10 mm de largura, composta por sete faixas, sendo as das extremidades composta por sete faixas, descritas na sequência de a partir da extremidade preto, amarelo (pantone 116M), verde (pantone 356M), azul central (pantone 295M), verde (pantone 356M), amarelo (pantone 116M) e preto, no centro um boton em liga metálica com o desenho de uma balança na cor preta de 8mm de diâmetro sob fundo dourado e no verso uma placa lisa em metal dourado atravessada por dois pinos e fecho pega-ladrão, ambos em metal dourado, com 2 tarraxas de metal de pressão, com excelente qualidade (resistentes como as americanas). Não serão aceitos de silicone.	20 (VINTE) unidades
ROSETA DO QUITES – DIFERENTE PARA CADA CATEGORIA DE COMENDA		
1.1.8	ROSETA COM LAÇO DOURADO (inserida no quite da Comenda <u>Grão Colar e do Colar com Fita de Pescoço</u>):	30 (TRINTA) unidades



	<p>Botão circular com 10mm de diâmetro e 8mm de espessura, forrada com a mesma fita da barreta, contornado em cor azul (pantone 295M) com interior raiado, distribuído em 4 (quatro) raios nas cores verde (pantone 356M) e amarelo (pantone 116M), afixada ao centro em fio de ouro dobrada com 13,5 mm de comprimento por 08 mm de largura e atravessada no verso por um pino e fecho pega-ladrão, ambos em metal dourado, com 1 tarraxa de metal de pressão, com excelente qualidade (resistentes como as americanas). <u>Não</u> serão aceitos de silicone.</p>	
1.1.9	<p>MINIATURA:</p> <p>Estampada/cunhada em Liga metálica Tombac (cobre e zinco), conforme norma técnica da ASTM B-36, espessura de 20 microns), polido. Tratamento de retirada de impurezas com banhos desengraxantes e acabamento por meio de banho eletrolítico de níquel com recobrimento galvânico e banho de ouro 1000, diluído no substrato de Tombac, pendente em uma fita de gorgorão de seda achamalogada com um prendedor “dente de foca” em metal dourado na parte posterior, apresentando as proporções e características descritas nos modelos anexos. Semelhante à medalha descrita acima nas dimensões estabelecidas no desenho técnico.</p> <p>A medalha do mérito tem 23mm de diâmetro e a fita 46mm de comprimento por 15mm de largura.</p>	20 (VINTE) unidades
1.1.10	<p>PORTA DIPLOMA:</p> <p>Em capa dura com cantoneira fina em metal dourado, revestida em couro vinho Bordeaux (pantone 202M) levemente acolchoada com uso de laminado de espuma de 0,04 mm de espessura, para receber no centro da capa frontal a gravação da imagem do brasão da república em baixo relevo preenchido por impressão em dourado com 76,0 x 76,0 mm, com a informação Tribunal Regional Federal da 2ª Região em baixo relevo preenchido por impressão em dourado, sendo as margens do porta diploma costuradas com linha vinho Bordeaux (pantone 202M) e internamente em camurça preta com 23 x 31,5 cm fechado e 46 x 31,5 cm aberto, com fitas de cetim vinho Bordeaux (pantone 202M) com 10,01 mm de largura nos quatro cantos das duas faces internas a servir de cantoneiras para fixar</p>	20 (VINTE) unidades



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



	o histórico e o diploma, conforme modelos constantes no Anexo A.	
1.1.11	DIPLOMA (vai inserido em uma face do porta diploma): O diploma e o histórico devem ser produzidos em papel pergaminho fantasia importado 180 gramas, 4 /0 cores na cor especial ouro com 21 x 29,7 cm e numerados em sequência ininterrupta, registrados, cancelados na lateral inferior direita em alto relevo, assinados pelo chanceler da medalha e com as características descritas nos modelos constantes no Anexo A.	20 (VINTE) unidades
1.1.12	HISTÓRICO (vai inserido na outra face do porta diploma): O diploma e o histórico devem ser produzidos em papel pergaminho fantasia importado 180 gramas, 4 /0 cores na cor especial ouro com 21 x 29,7 cm e numerados em sequência ininterrupta, registrados, cancelados na lateral inferior direita em alto relevo, assinados pelo chanceler da medalha e com as características descritas nos modelos constantes no Anexo A.	20 (VINTE) unidades
1.1.13	ESTOJO DA MEDALHA COMENDA GRÃO COLAR: Retangular, com tampa abaulada e duas dobradiças em metal dourado, medindo 29 cm de comprimento por 18 cm de largura e 08 cm de altura , revestido externamente com papel couro na cor vinho Bordeaux (pantone 202M) com fecho externo em metal dourado e com a imagem do brasão da República em baixo relevo preenchido por impressão em dourado, com 70 x 70 mm sobre o centro da tampa que será contornada com discreto friso dourado pela lateral. Abaixo do brasão da República na tampa deve constar a informação TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO em baixo relevo preenchido por impressão em dourado. A parte interna da tampa será revestida de veludo na cor preta, composta por uma peça removível rígida com puxador em fita de seda branca na parte superior e revestida por veludo preto com os devidos espaços e encaixes para acomodar e prender a Medalha e seus complementos na parte frontal e na parte traseira revestida em papel couro na cor vinho	20 (VINTE) unidades



TRF2TER202400015A

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



	<p>Bordeaux (pantone 202M), sem o veludo da tampa encostando-se às peças quando fechado;</p> <p>Na parte superior interna do estojo, deve vir a inscrição em impressão dourada: MÉRITO JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, conforme desenho técnico.</p>	
1.1.14	<p>ESTOJO DA MEDALHA MÉRITO (Comenda Colar com Fita de Pescoço) – TAMANHO DIFERENTE:</p> <p>Retangular, com tampa abaulada e duas dobradiças em metal dourado, medindo 29 cm de comprimento por 15 cm de largura e 6 cm de altura, revestido externamente com papel couro na cor vinho Bordeaux (pantone 202M) com fecho externo em metal dourado e com a imagem do brasão da República em baixo relevo preenchido por impressão em dourado, com 70 x 70 mm sobre o centro da tampa que será contornada com discreto friso dourado pela lateral. Abaixo do brasão da República na tampa deve constar a informação TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO em baixo relevo preenchido por impressão em dourado.</p> <p>A parte interna da tampa será revestida de veludo na cor preta, composta por uma peça removível rígida com puxador em fita de seda branca na parte superior e revestida por veludo preto com os devidos espaços e encaixes para acomodar e prender a Medalha e seus complementos na parte frontal e na parte traseira revestida em papel couro na cor vinho Bordeaux (pantone 202M), sem o veludo da tampa encostando-se às peças quando fechado;</p> <p>Na parte superior interna do estojo, deve vir a inscrição em impressão dourada: MÉRITO JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, conforme desenho técnico.</p>	<p>20 (VINTE)</p> <p>unidades</p>
1.1.15	<p>FAIXA DE CORPO (com placa com resplendor incluída): Faixa em tecido gorgorão de seda achamlotada com 90 mm de largura e 1600 mm de comprimento total linear, composta por sete faixas, descritas na sequência de cortes a partir da extremidade na cor preta, amarelo (pantone 116M), verde (pantone 356M), azul central (pantone 295M), verde (pantone 356M), amarelo (pantone 116M) e na cor preta. Acabamentos conforme desenho técnico.</p> <p>Roseta da faixa:</p> <p>Produzida de gorgorão de seda achamlotada com</p>	<p>10 (DEZ)</p> <p>unidades</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

	<p>140mm de diâmetro. Plissada com 30 pregas de 5mm formando uma roseta, composta pelas cores descritas no desenho técnico. Botão central (roseta) aplicado de 45 mm de diâmetro em fios de ouro.</p> <p>Pendente da Faixa de Corpo – conforme Placa com Resplendor, com especificação abaixo transcrita: Estampada/cunhada em Liga metálica Tombac (cobre e zinco, conforme norma técnica da ASTM B-36, espessura de 20 microns), tratamento de retirada de impurezas com banhos desengraxantes e acabamento por meio de banho eletrolítico de níquel com recobrimento galvânico e banho de ouro 1000, diluído no substrato de Tombac.</p> <p>No anverso: Com 65 mm de diâmetro, composta por um resplendor dourado polido sotoposto a uma cruz formada por quatro setas convergentes, contornada com dourado e fio preto e no interior esmalte branco. Abaixo da cruz dois ramos de louro (<i>laurus nobilis</i>) estilizados contornados de dourado e interior em esmalte verde esmeralda.</p> <p>Acima da cruz, círculo contornado de dourado e no interior, na parte superior, a inscrição (MÉRITO JUDICIÁRIO) na parte inferior (TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO) sobre fundo azul (pantone 295M). Ao centro do círculo, mapa do Brasil contornado de dourado e fundo esmaltado na cor azul (pantone 292M), com espada e balança em dourado e círculo representando o estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo na cor vermelha.</p> <p>No verso: Plano, em dourado, com as inscrições em alto relevo, conforme desenho técnico, tanto na parte superior (MÉRITO JUDICIÁRIO), quanto na parte central (TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO). Argola para fixação na roseta da faixa.</p>	
MOEDA COMEMORATIVA COM ESTOJO INDIVIDUAL		
1.1.16	<p>MOEDA COMEMORATIVA COM ESTOJO INDIVIDUAL - com estampada/cunhada em Liga metálica Tombac (cobre e zinco, conforme norma técnica da ASTM B-36, espessura de 20 microns), tratamento de retirada de impurezas com banhos desengraxantes e acabamento por meio de banho eletrolítico de níquel com recobrimento galvânico, diluído no substrato de Tombac, e acabamento conforme especificado no desenho e nas fotografias, inclusive os tons de prata e dourado.</p> <p>ATENÇÃO: É FUNDAMENTAL VERIFICAR PELOS DESENHOS E IMAGENS, AS PARTES QUE DEVEM SER EM PRATA OU EM DOURADO,</p>	<p>200 (DUZENTAS)</p> <p>unidades</p>



TRF2TER202400015A

ASSIM COMO O RELEVO (BAIXO OU ALTO) E O TIPO DE POLIMENTO DE CADA UMA DELAS.

Os desenhos e imagens da moeda, presentes no Anexo C deste documento, contêm todas as informações acerca das dimensões, do detalhamento das cores, da tonalidade em prata e em dourado, dos relevos e dos tipos de polimentos em todas as partes da moeda.

O diâmetro da moeda é de 50mm e a espessura de 04mm.

Atenção: a arte vetorizada da moeda será fornecida para a empresa vencedora do certame.

Cada moeda deve vir acondicionada, de forma adequada, em um estojo adequado para condecorações, recoberto de veludo na cor preta. Deve existir uma depressão, um espaço aprofundado (berço) no qual a moeda seja acondicionada de forma adequada, com encaixe, a fim de evitar sua movimentação dentro do estojo e ao abri-lo. O interior do estojo deve ser da cor preta.

PARTE DA FRENTE DA MOEDA: Deve constar inscrito na borda os termos, em alto relevo: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, com fundo rebaixado, circundando a circunferência, na parte superior. Na parte inferior da borda, deve constar a inscrição dos termos, em alto relevo: PODER JUDICIÁRIO, sob o fundo rebaixado. No centro deve constar a logomarca do TRF2, composta por uma parte de imagens e pela seguinte parte textual, em alto relevo: JUSTIÇA FEDERAL TRF2 e o fundo deve ser rebaixado.

*TODO O DETALHAMENTO DAS FORMAS, RELEVOS, IMAGENS, FOTOS, TEXTOS, CORES, TONALIDADES EM PRATA E DOURADO, POLIMENTOS E DIMENSÕES ESTÁ NAS IMAGENS DO ANEXO C;

PARTE DE TRÁS DA MOEDA: Deve constar inscrito na borda superior que circunda a circunferência, os seguintes termos, em alto relevo: JUSTIÇA – UM DOS PILARES MAIS IMPORTANTES DA DEMOCRACIA, com fundo rebaixado em relação às letras.

Na borda inferior, deve constar a inscrição do seguinte termo, em alto relevo: BRASIL, com fundo rebaixado em relação às letras.



TRF2TER202400015A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



No interior do círculo central deve existir o Brasão da República em alto relevo, acima do fundo.

*TODO O DETALHAMENTO DAS FORMAS, RELEVOS, IMAGENS, TEXTOS, CORES, TONALIDADES EM PRATA E DOURADO, POLIMENTOS E DIMENSÕES ESTÁ NAS IMAGENS QUE SEGUEM NO ANEXO C.

BÓTON DE 10 ANOS COM ESTOJO INDIVIDUAL

1.1.17

BÓTON DE 10 ANOS COM ESTOJO INDIVIDUAL - estampado em latão (liga de Cobre e Zinco), por cunho de aço, conforme imagens anexas referentes ao bôton de **10 anos** do TRF2, baseado no Brasão da República, extremamente similar ao modelo existente na ARIC.

O bôton deve ter 20 mm de altura, 20 mm de largura e 1mm de espessura. A **ÚNICA** pedra a ser utilizada deverá ser de *strass*, cor azul, com 1mm de diâmetro cada. Do lado direito do bôton, deve haver inscrito o ano de 1989 e, do lado esquerdo, o termo 10 anos; entre a parte superior do brasão e as pedras e anos deve haver a inscrição do nome "Tribunal Regional Federal da 2ª Região", em dourado.

O acabamento deve ser dourado obtido por galvanoplastia e esmaltado, obtido pela inserção de resinas sintéticas em campos próprios, com acabamento acetinado, polidos, esmaltados (nas mesmas cores da amostra existente no TRF2) e acabamento acetinado, polidos, e acondicionados em estojos de luxo recobertos de veludo, na cor preta.

O interior do estojo também deve ser forrado com veludo preto e, apenas, a parte superior interna (tampa) deve estar coberta com cetim branco.

Deve existir uma aba de suporte, recoberta por veludo preto, para o bôton ficar preso no interior do estojo, que deve fechar sob pressão. Verificar as imagens do Anexo E.

No reverso do bôton será soldado um pino para fixação que será acompanhado por protetor plástico que fixa o distintivo no tecido das roupas. Verificar as imagens do Anexo E.

250

(DUZENTOS E CINQUENTA)

unidades



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



A contratada deverá obrigatoriamente fornecer ao TRF2 o clichê (ferramenta de cunho/estamparia) utilizado para confeccionar o bôton, após o término do serviço. O distintivo só pode ser produzido para o TRF2, sendo totalmente vedada a sua reprodução, ficando a contratada sujeita às possíveis penalidades.

Medidas do bôton: Altura = 20mm / Largura = 20mm / Espessura = 1mm

Medidas do estojo: Largura da frente = 6,0cm / Comprimento lateral = 7,0cm/ altura do estojo fechado no ponto mais alto é, aproximadamente, 3,0 cm

BÓTON DE 20 ANOS COM ESTOJO INDIVIDUAL

1.1.18 BÓTON DE 20 ANOS COM ESTOJO INDIVIDUAL - 200 (DUZENTAS) unidades)

estampado em latão (liga de Cobre e Zinco), por cunho de aço, conforme imagens anexas referentes ao bôton de **20 anos** do TRF2, baseado no Brasão da República, extremamente similar ao modelo existente na ARIC.

O bôton deve ter 20 mm de altura, 20 mm de largura e 1mm de espessura. As DUAS pedras utilizadas deverão ser de *strass*, incolor, tipo brilhantes, com 1mm de diâmetro cada. Do lado direito deve haver inscrito o ano de 1989 e do lado esquerdo o termo 20 anos; entre a parte superior do brasão e as pedras e anos deve haver a inscrição do nome "Tribunal Regional Federal da 2ª Região", em dourado.; entre a parte superior do brasão e as pedras e anos deve haver a inscrição do nome "Tribunal Regional Federal da 2ª Região", em dourado.

O acabamento deve ser dourado obtido por galvanoplastia e esmaltado, obtido pela inserção de resinas sintéticas em campos próprios, com acabamento acetinado, polidos, esmaltados (nas mesmas cores da amostra existente no TRF2) e acabamento acetinado, polidos, e acondicionados em estojos de luxo recobertos de veludo, na cor preta.

O interior do estojo também deve ser forrado com veludo preto e, apenas, a parte superior interna (tampa) deve estar coberta com cetim branco.



Deve existir uma aba de suporte, recoberta por veludo preto, para o botão ficar preso no interior do estojo, que deve fechar sob pressão. Verificar as imagens do Anexo E.

No reverso do botão será soldado um pino para fixação que será acompanhado por protetor plástico que fixa o distintivo no tecido das roupas. Verificar as imagens do Anexo E..

A contratada deverá obrigatoriamente fornecer ao TRF2 o clichê (ferramenta de cunho/estamparia) utilizado para confeccionar o botão, após o término do serviço. O distintivo só pode ser produzido para o TRF2, sendo totalmente vedada a sua reprodução, ficando a contratada sujeita às possíveis penalidades.

Medidas do botão: Altura = 20mm / Largura = 20mm / Espessura = 1mm

Medidas do estojo: Largura da frente = 6,0cm / Comprimento lateral = 7,0cm/ altura do estojo fechado no ponto mais alto é, aproximadamente, 3,0 cm.

BÓTON DE 30 ANOS COM ESTOJO INDIVIDUAL

1.1.19

BÓTON DE 30 ANOS COM ESTOJO INDIVIDUAL - estampado em latão (liga de Cobre e Zinco), por cunho de aço, conforme imagens anexas referentes ao botão de **30 anos** do TRF2, baseado no Brasão da República, extremamente similar ao modelo existente na ARIC.

O botão deve ter 20 mm de altura, 20 mm de largura e 1mm de espessura. As **TRÊS** pedras utilizadas deverão ser em *strass*, na cor vermelha, com 1mm de diâmetro cada. Do lado direito deve haver inscrito o ano de 1989 e do lado esquerdo o termo 30 anos; entre a parte superior do brasão e as pedras e anos deve haver a inscrição do nome "Tribunal Regional Federal da 2ª Região", em dourado.

O acabamento deve ser dourado obtido por galvanoplastia e esmaltado, obtido pela inserção de resinas sintéticas em campos próprios, com acabamento acetinado, polidos, esmaltados (nas mesmas cores da amostra existente no TRF2) e acabamento acetinado, polidos, e acondicionados

50 (CINQUENTA)

unidades



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

em estojos de luxo recobertos de veludo, na cor preta.

O interior do estojo também deve ser forrado com veludo preto e, apenas, a parte superior interna (tampa) deve estar coberta com cetim branco.

Deve existir uma aba de suporte, recoberta por veludo preto, para o botão ficar preso no interior do estojo, que deve fechar sob pressão. Verificar as imagens do Anexo E.

No reverso do botão será soldado um pino para fixação que será acompanhado por protetor plástico que fixa o distintivo no tecido das roupas. Verificar as imagens do Anexo E.

A contratada deverá obrigatoriamente fornecer ao TRF2 o clichê (ferramenta de cunho/estamparia) utilizado para confeccionar o botão, após o término do serviço. O distintivo só pode ser produzido para o TRF2, sendo totalmente vedada a sua reprodução, ficando a contratada sujeita às possíveis penalidades.

Medidas do botão: Altura = 20mm / Largura = 20mm / Espessura = 1mm

Medidas do estojo: Largura da frente = 6,0cm / Comprimento lateral = 7,0cm/ altura do estojo fechado no ponto mais alto é, aproximadamente, 3,0 cm.

PEÇA PARA CONCESSÃO EM VISITAS INSTITUCIONAIS E PROTOCOLARES

1.1.20

PEÇA PARA CONCESSÃO EM VISITAS INSTITUCIONAIS: confecção de peça em **acrílico com três dimensões**, sendo a **base retangular em acrílico de cor preta (sólida, sem transparência)**, com a **impressão da logomarca da Justiça Federal**, em cores, com **tinta adequada para acrílico**, de acordo com a escala Pantone, também indicada no desenho técnico: Azul Justiça Federal (Pantone 294 C), Verde Justiça Federal (Pantone 356 C) e Cinza Justiça Federal (Pantone Cool Gray 7), e, ao lado, o texto: **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO**, na cor Cinza Justiça Federal (Pantone Cool Gray 7), **conforme desenho técnico em anexo**;

Bem afixada, em cima da base, deve existir, em **acrílico incolor**, a **escultura dos pontos turísticos**

200 (DUZENTAS)

unidades



TRF2TER202400015A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



do Rio de Janeiro, também em **três dimensões**, com **espessura de 1cm**, com recortes bem definidos e detalhados, devidamente arredondados, nas curvas que existirem, em razão de cada ponto turístico/símbolo representado, quando necessário, conforme desenho técnico;

A escultura também deve vir afixada em sua própria base, conforme indicada no desenho;

A junção da base retangular principal, com a base da escultura e com a escultura não pode ser percebida; ou seja, não deve estar visível nenhum tipo de cola ou outro elemento responsável pelas junções das partes, que prejudique o efeito estético da peça;

A peça deve ser elaborada obrigatoriamente, exatamente, de acordo com as especificações determinadas neste documento e de forma fidedigna ao desenho técnico, inclusive em relação às medidas, formas e cores;

A peça deve vir acondicionada em estojo de veludo preto.



TRF2TER202400015A

1.1.21 - PADRÃO COM OS ITENS JÁ PRODUZIDOS:

1.1.21.1 - Em relação aos itens 1.1.1 até 1.1.15, item 1.1.20 e item 1.1.16 (moedas), caso existam diferenças entre o desenho técnico e as fotografias dos modelos já produzidos, prevalecem, sempre, as características dos modelos já produzidos, a fim de garantir a padronização com as comendas preexistentes;

1.1.21.2 - No tocante aos itens 1.1.17, 1.1.18 e 1.1.19 (bótons), há pequenas diferenças entre os modelos anteriormente já produzidos e os discriminados na especificação; mas, em relação à técnica e à qualidade, os modelos já produzidos devem servir de referência, a fim de garantir a padronização com as comendas preexistentes;

1.1.21.3 - Em relação ao item 1.1.20 (peça para concessão em visitas institucionais), não há modelo produzido anteriormente, sendo os desenhos e a descrição técnica a única referência.

1.1.22 - CÓDIGOS RETIRADOS DO COMPRASNET/ SIASG COM MAIOR SIMILARIDADE AO OBJETO e CÓDIGOS DO ASI -TRF2:

1.1.22.1 - No site do Comprasnet (Compras Governamentais), não foi encontrado código exatamente com as mesmas características do objeto, mas apenas similares, sendo que o grande grupo de todos (como medalhas, barreta, roseta, miniatura, estojo, peça de acrílico, as moedas e bótons) parece ser o grupo 84 e a classe 8455, conforme exemplo abaixo:

Grupo: 84 - Vestuários, equipamentos individuais e insígnias
Classe: 8455 - Distintivos e insígnias
Material: 01451

1.1.22.2 - Foi encontrada, também no site do Comprasnet, a classificação a seguir, apenas para o diploma:

Grupo: 75 UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO E MATERIAL DE EXPEDIENTE
Classe 7540 FORMULÁRIOS PADRONIZADOS
Material: 06239 DIPLOMA

1.1.22 - CÓDIGOS DO ASI - TRF2:

Bótons 10 anos: 200011551
Bótons 20 anos: 200011702
Bótons 30 anos: 200012043
Moeda Comemorativa TRF2: 200012605
CONFECÇÃO DE CONJUNTO DE MEDALHAS DE "MÉRITO JUDICIÁRIO"
DO TRF DA 2ª REGIÃO: 200012421
MEDALHA COM FITA TIPO COLAR P/ SER AFIXADA C/ VELCRO:
200012225.



1.2 PRAZO DE VIGÊNCIA/PRAZO DE ENTREGA:

1.2.1 - 1º prazo - **ENTREGA DOS PROTÓTIPOS: até 15 (quinze) dias úteis**, contados a partir da data de retirada da Nota de Empenho pela Contratada;

1.2.2 - 2º prazo - **ENTREGA DO MATERIAL FINAL, APÓS APROVAÇÃO DOS PROTÓTIPOS: até 15 (quinze) dias úteis**, contados a partir da data da aprovação final dos protótipos de cada item pela ARIC.

1.3 PRAZO DE GARANTIA/PRAZO DE VALIDADE:

1.3.1 - Todos os itens integrantes do objeto deste Termo de Referência somente podem ser produzidos para o TRF 2ª Região, sendo totalmente vedada a sua reprodução, ficando a contratada sujeita às possíveis penalidades; motivo pelo qual a contratada deverá obrigatoriamente fornecer ao TRF 2ª Região os clichês (Ferramenta de cunho/estamparia) utilizados para confeccionar cada um dos itens que compõem o conjunto das medalhas, os bôtons e as moedas, após o término do serviço, no **prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, contados da data do término de vigência da Ata de Registro de Preços**;

1.3.2 - Caso a Ata expire e ainda esteja no prazo de entrega da última entrega de pedido de solicitação, o prazo de entrega dos clichês será, automaticamente, a data de entrega do material final;

1.3.3 - O **prazo de garantia de cada um dos itens do objeto contra defeitos de fabricação e escurecimento ou qualquer outro tipo de deterioração precoce do material**, deverá ser de **1 (UM) ano, contados a partir do atesto da Nota Fiscal**;

1.3.4 - O valor total de todos os itens do objeto constante na planilha deste tópico deverá incluir todos os impostos incidentes, taxas, seguros, transporte do objeto do certame para o TRF2, embalagens, protótipos etc.

1.4 CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO PERÍODO DE GARANTIA:

1.4.1 - O objeto deste Termo não contempla a assunção de obrigações futuras, tais como assistência técnica e/ou manutenção.

1.5 APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS - REGRAS:

1.5.1 - DA AMOSTRA APRESENTADA PELA LICITANTE PROVISORIAMENTE CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR:

1.5.1.1 - A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá apresentar amostras de todos os itens do objeto, devidamente identificadas, em conformidade com as especificações técnicas, de trabalhos anteriores



que tenha executado com os mesmos materiais, técnicas e acabamento, exigidos no Termo de Referência;

1.5.1.2 - O prazo de entrega das referidas amostras será de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da convocação efetuada pelo Pregoeiro no sistema Comprasnet. O local de entrega da amostra será na Rua Acre no 80, 20º andar, sala 2001A, Centro, Rio de Janeiro, para ser analisada por servidores técnicos ou analistas da Assessoria de Relações Institucionais e Cerimonial - ARIC da Presidência do TRF2, a qual emitira parecer em que constará "aprovado" ou "reprovado".

1.5.1.3 - A não apresentação no prazo estipulado ou a reprovação das amostras desclassifica a licitante.

1.5.1.4 - Serão utilizados pelo setor competente deste Tribunal, na avaliação das amostras, os seguintes critérios:

1.5.1.4.1 - qualidade e tipo do material de cada um dos itens do objeto;

1.5.1.4.2 - dimensões e proporções das amostras;

1.5.1.4.3 - enviar amostras similares a cada um dos itens do objeto;

1.5.1.4.4 - acabamento do corte de cada um dos itens do objeto;

1.5.1.4.5 - precisão e acabamento;

1.5.1.4.6 - técnica de cunhagem/clichê para as comendas de metal (como medalhas, bôtons e moedas);

1.5.1.4.7 - união das partes;

1.5.1.4.8 - dimensões;

1.5.1.4.9 - nitidez (legibilidade) e cores.

1.5.1.4.10 - recorte do acrílico em três dimensões para efeito de aprovação para a peça de concessão em visita institucional;

1.5.1.4.11 - enviar amostra com impressão em cores em acrílico para efeito de aprovação para a peça de concessão em visita institucional;

1.5.1.4.12 - enviar amostra com recortes em curvas e em três dimensões a fim de verificar a qualidade do acabamento para a peça de concessão em visita institucional;

1.5.1.5 - A amostras dos produtos apresentados serão manuseadas, sendo devolvidas à licitante no estado em que se encontrarem ao final da avaliação.

1.6 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



1.6.1 - As empresas deverão enviar para todos os itens do objeto que possuam em sua composição substâncias consideradas como potencialmente poluidoras ou que utilizem recursos ambientais, o Comprovante de Registro do Fabricante do produto no CADASTRO TÉCNICO FEDERAL DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS OU UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS - CTF/APP, acompanhado do respectivo CERTIFICADO DE REGULARIDADE VÁLIDO, atendendo a exigência da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 e, nos termos do art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;

1.6.1.1 - A Licitante deverá comprovar, através de declaração e comprovantes fiscais, a prestação de serviços do fabricante à empresa Licitante;

1.6.1.2 - Em relação aos itens deste objeto que possuam em sua composição liga metálica (cobre e zinco), será necessário o cumprimento do item 3.3 relativo à seguinte Ficha Técnica de Enquadramento-FTEs - Categoria 3 - 2Indústria Metalúrgica - 3-10: Fabricação de artefatos de ferro, aço e de metais não-ferrosos com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia, conforme classificação do IBAMA;

1.6.1.3 - Em relação ao item que contém acrílico em sua composição (1.1.20), será necessário o cumprimento do item relativo à seguinte Ficha Técnica de Enquadramento-FTEs - Categoria 12 - Indústria de Produtos de Matéria Plástica - 2 - Fabricação de artefatos de material plástico; conforme classificação do IBAMA;

1.6.1.4 - Caso o fabricante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da Lei.

1.6.1.5 - Considerando o ciclo de vida dos produtos que integram o objeto, os quais são compostos prioritariamente de Tombac (liga metálica de cobre e zinco) e de acrílico, percebe-se que não se tem o controle do descarte deste itens, uma vez que são concedidos às pessoas agraciadas, portanto, a fase do ciclo de vida prioritária, em relação à sustentabilidade, será na fabricação dos itens que levem a liga metálica de cobre e zinco ou acrílico, por meio da exigência de que o licitante comprove, como requisito de aceitação de sua proposta, que o fabricante do produto por ele ofertado está devidamente registrado junto ao CTF/APP, conforme preconiza o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria Geral da União - Advocacia Geral da União, em sua 5ª Edição, de agosto de 2022.

1.6.1.6 - Como requisito para participação no certame, pode ser exigida a declaração de disponibilidade da licença ambiental de operação (LAO) ou declaração de que o licitante reúne condições de apresentá-la quando solicitado pela Administração, conforme Acórdão 6306/2021-TCU- Segunda Câmara, registrado no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria Geral da União da Advocacia Geral da União, em sua 5ª Edição.



TRF2TER202400015A

1.7 VISTORIA:

1.7.1 - A licitante poderá realizar visita técnica ao Tribunal, através de seu representante legal ou profissional por ele autorizado, até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, para garantir que as comendas e todo o material que venha a ser solicitado, sejam confeccionados, no mesmo padrão (cores, material, dimensões e formato) e qualidade dos modelos já produzidos para o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, localizado na rua Acre, 80, Centro – Rio de Janeiro/RJ.

1.7.2 - Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes, como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Pregão.

1.7.3 - A vistoria ocorrerá em dia útil, conforme disponibilidade, de segunda-feira a sexta-feira, das 12:00 às 17:00 horas, mediante prévio agendamento pelos telefones **(21) 2282-8486 ou 2282-8389** ou pelo e-mail **relacoesinstitucionais@trf2.jus.br**. As visitas sem agendamento prévio ficarão condicionadas à disponibilidade de servidor para acompanhamento.

1.7.4 - CERTIFICADO DE VISTORIA será emitido pela Assessoria de Relações Institucionais e Cerimonial da Presidência – ARIC, na Rua Acre, nº 80 - 20º andar, sala 2001A – Centro / Rio de Janeiro, comprovando que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e detalhes que envolvem o objeto deste contrato, especialmente no que tange à manutenção da padronização com os itens de agraciamento já produzidos anteriormente para o TRF2.

1.7.4.1 - Esta vistoria é considerada suficiente para que a licitante conheça todos os aspectos pertencentes aos serviços a serem executados.

1.7.4.2 - A licitante não poderá alegar desconhecimento de nenhuma das características técnicas deste Termo de Referência.

1.8 METAS FÍSICAS:

1.8.1 - Adquirir as medalhas e demais itens de agraciamento, moedas, bótoms e peças para visita institucionais necessários, de acordo com as especificações técnicas definidas, em conjunto com as fotografias dos modelos já produzidos e/ou desenhos técnicos em anexo, conforme planilha constante neste tópico.

1.9 LOCAL DE ENTREGA/LOCAL DE EXECUÇÃO:

1.9.1 - O local de entrega é na Assessoria de Relações Institucionais e Cerimonial da Presidência - ARIC, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, localizado na Rua do Acre, 80 / 20º andar, sala 2001-A - Centro/Rio de Janeiro RJ;

1.9.2 - A entrega deverá ser agendada com antecedência mínima de 48h, de 2ª a 6ª feira, e realizada no horário de 12h às 17h, através dos telefones: (0XX21) 2282-8181 e (0XX21) 2282-8389.



1.10 CONDIÇÕES ESPECIAIS DE RECEBIMENTO:

1.10.1 - Todos os itens do objeto que forem demandados via solicitação de fornecimento deverão, obrigatoriamente, estar de acordo com os protótipos aprovados, fato que será verificado pela Assessoria de Relações Institucionais e Cerimonial da Presidência - ARIC, que não receberá o objeto, caso ele não esteja na qualidade exigida, conforme este documento prescreve.

1.10.2 – Todos os itens deste objeto que forem acionados via solicitação de fornecimento deverão vir em excelente estado, sem arranhões, falhas, com as letras e números legíveis, com o recorte bem feito, dimensões e cores fieis ao desenho técnico fornecido pelo TRF2, na quantidade e qualidade exigidas por este documento e devidamente embalados. A contratada deverá garantir que os itens mantenham a qualidade e não escureçam/amarelem com o tempo. Deve enviar dentro do estojo de cada item uma garantia contra defeitos de fabricação e escurecimento.

1.11 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

1.11.1 - É vedado à Contratada transferir a terceiro, por qualquer forma, ainda que parcialmente, o objeto do presente Contrato;

1.11.2 - Os empregados da Contratada que estiverem prestando serviços ao Contratante, em nenhuma hipótese terão com o Tribunal Regional Federal da 2ª Região qualquer relação empregatícia;

1.11.3 - O acompanhamento e a fiscalização da presente contratação serão realizados pela Assessoria de Relações Institucionais e Cerimonial da Presidência - ARIC, podendo qualquer solicitação por parte da Contratada ser efetuada através dos telefones (21) 2282-8486/ 8181.

1.11.4 - A Contratante deve:

- a) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da solicitação do TRF 2ª Região, os produtos em que se verificarem vícios, defeitos, ou incorreções;
- b) Responder pelos danos causados diretamente ao TRF 2ª Região ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na entrega do produto;
- c) Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do TRF 2ª Região.
- d) Responsabilizar-se pelo transporte, acondicionamento e entrega, inclusive o descarregamento dos materiais, devendo ser providenciada a mão de obra necessária.

1.11.5 - SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO, PRAZO PARA ENTREGA DO OBJETO E CONDIÇÕES:



1.11.5.1 - Os quantitativos referentes ao objeto decorrente do Registro de Preços serão solicitados de acordo com a necessidade e conveniência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, mediante pedido de fornecimento e prazos estabelecidos neste documento. Este instrumento não obriga à compra, podendo a Assessoria de Relações Institucionais e Cerimonial da Presidência promover a aquisição de acordo com as necessidades do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência, em igualdade de condições;

1.11.5.2 - O prazo para entrega do objeto, a partir de cada solicitação de fornecimento da CONTRATANTE, é de **15 (quinze) dias úteis**, contados a partir da data da aprovação final do protótipo pela ARIC;

1.11.5.3 - Caso já exista aprovação prévia de protótipo em virtude de já terem sido emitidas outras solicitações de fornecimento para os mesmos itens do objeto, o prazo de entrega será contado da data de retirada da Nota de Empenho pela Contratada;

1.11.5.4 - O material deverá ser entregue embalados com plástico bolha, papelão ondulado e fechado com fita adesiva, garantindo a integridade do produto;

1.11.5.5 - Não será aceito material cuja embalagem apresente evidências de ter sofrido danos.

1.11.6 - Após a licitação, a partir da primeira solicitação de fornecimento emitida pela contratante para cada um dos itens do objeto, a empresa contratada deverá, obrigatoriamente, apresentar **01 (uma) unidade de todos os itens que venham a ser demandados do objeto, conforme planilha deste tópico, a serem produzidos com os materiais descritos, antes da confecção de todos os itens demandados na solicitação de fornecimento do material, com prazo de entrega em até 15 (quinze) dias úteis, contados da data de retirada da Nota de Empenho pela Contratada**, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, situado na Rua do Acre nº 80, 20º andar, sala 2001 A, telefone: (21) 2282-8181/8389 - Centro Rio de Janeiro, CEP: 20081000, para serem analisadas pela Assessoria de Relações Institucionais e Cerimonial – ARIC, que emitirá parecer, em que constará aprovado, aprovado com ressalvas, ou reprovado;

1.11.6.1 - Caso já exista aprovação prévia de protótipo, em virtude de já terem sido emitidas outras solicitações de fornecimento para os mesmos itens do objeto, o prazo de entrega, **que neste caso será de 15 (quinze) dias úteis**, será contado da data de retirada da Nota de Empenho pela Contratada, não sendo necessária produção de novo protótipo para o mesmo item;

1.11.6.2 - O protótipo deverá ser devidamente identificado, em conformidade com as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, Edital e anexos;



1.11.6.3 - O prazo de entrega do referido protótipo será de até 15 (quinze) dias úteis, a contar da retirada da nota de empenho. O local de entrega do protótipo será na Rua Acre nº 80, 20º andar, sala 2001 A, Centro, Rio de Janeiro, telefone (21) 2282-8181/8757, para ser analisada por servidores técnicos ou analistas da ARIC, a qual emitirá parecer em que constará "aprovado sem ressalvas", "aprovado com ressalvas" ou "reprovado";

1.11.6.4 - Após a apresentação do novo protótipo para análise dos servidores técnicos ou analistas da ARIC, será emitido novo parecer, em que constará "aprovado" ou "reprovado";

1.11.6.5 - A contratada não poderá alegar desconhecimento de nenhuma das características técnicas deste Termo de Referência.

1.11.6.6 - O prazo de até 15 (quinze) dias úteis, estabelecido para a apresentação dos protótipos, poderá ser prorrogado por até 5 dias úteis, desde que o pedido de prorrogação seja formalizado tempestivamente pela Contratada, ou seja, devidamente justificado e as justificativas sejam aceitas pela ARIC. A hipótese de "aprovação com ressalvas" somente ocorrerá caso as citadas ressalvas refiram-se a itens descritos na especificação técnica e seus anexos (pormenores de acabamento, coloração, dimensões e outros itens que não descaracterizem o objeto do certame).

1.11.6.7 - Nesse caso, será disponibilizado novo prazo de 05 (cinco) dias úteis para correção das ressalvas, mediante ajustes ou apresentação de novos protótipos.

Após as correções ou apresentação de novos protótipos, a ARIC emitirá novo parecer, em que constará aprovado ou reprovado. A não apresentação ou a reprovação reiterada dos protótipos por parte da contratada ensejará a adoção das medidas administrativas cabíveis.

1.11.6.8 - Os protótipos aprovados serão contados como unidades entregues.

1.11.6.9 - Os **critérios** adotados para análise e posterior **aprovação dos protótipos** serão:

1.11.6.9.1 - Análise do:

1.11.6.9.1.1 - qualidade e tipo do material de cada um dos itens do objeto de acordo com o especificado no Termo de Referência;

1.11.6.9.1.2 - dimensões e proporções de cada um dos itens do objeto de acordo com o especificado no Termo de Referência;

1.11.6.9.1.3 - **fidedignidade aos itens já produzidos no acervo do TRF2 ou, se nunca tiverem sido produzidos, do desenho técnico;**



1.11.6.9.1.4 - acabamento do corte de cada um dos itens do objeto;

1.11.6.9.1.5 - precisão e acabamento dos recortes e junções das partes sem nenhuma cola ou elemento equivalente aparecendo;

1.11.6.9.1.6 - técnica de cunhagem/clichê para as comendas de metal (como medalhas, bótons e moedas);

1.11.6.9.1.7 - união das partes;

1.11.6.9.1.8 - dimensões;

1.11.6.9.1.9 - nitidez (legibilidade) e cores;.

1.11.6.9.1.10 - recorte do acrílico em três dimensões para efeito de aprovação para a peça de concessão em visita institucional;

1.11.6.9.1.11 - enviar amostra com impressão em cores em acrílico para efeito de aprovação para a peça de concessão em visita institucional;

1.11.6.9.1.12 - enviar amostra com recortes em curvas e em três dimensões a fim de verificar a qualidade do acabamento para a peça de concessão em visita institucional.

1.12 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

1.12.1 - As partes devem cumprir fielmente as obrigações assumidas, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

1.12.2 - O Contratante deve:

- a) Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo fornecedor, pertinentes ao objeto, para a fiel execução do avençado;
- b) Receber o objeto em dias úteis, no horário de 12 às 17h, na Assessoria de Relações Institucionais e Cerimonial da Presidência, localizada na Rua Acre, 80, 20º andar, sala 2001 A – Centro – Rio de Janeiro/ RJ, Cep: 20081-000.
- c) Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- d) Disponibilizar local adequado para a realização da entrega.

1.13 CÓDIGO SIASG: 01451 / 06239 .

1.14 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO:



1.14.1 - NÃO VINCULADO A OBJETIVO ESTRATÉGICO E A MACRODESAFIO.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.1 - A fundamentação da contratação está descrita no campo 01. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO do Estudo Técnico Preliminar nº TRF2-ETP-2023/00227.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1- Esta solução é obtida por meio da contratação de prestação de serviço de confecção de Itens de agraciamento do TRF da 2ª Região, sob a forma de contrato de entrega sob demanda dos objetos constantes neste Termo, de acordo com as especificações e estimativas de quantidades contidas na tabela referente à descrição do objeto, constante neste documento, elaborado com base em uma estimativas prévias e de futuras programações que possam ocorrer dentro das instalações do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, a serem definidos pela Presidência desta Corte ou pela Assessoria de Relações Institucionais e Cerimonial da Presidência - ARIC;

3.2 - No que diz respeito à técnica de cunhagem/clichê das medalhas e itens de agraciamento com o material liga metálica de cobre e zinco, como o Tombac, a escolha se deu em razão da alta durabilidade do produto final;

3.3 - Em relação à peça para concessão em visitas institucionais a escolha se deu pelo acrílico em razão de sua durabilidade, resistência e possibilidade de reciclagem, mostrando-se um ótimo custo-benefício;

3.4 - As empresas deverão enviar para todos os itens do objeto que possuam em sua composição substâncias consideradas como potencialmente poluidoras ou que utilizem recursos ambientais, o Comprovante de Registro do Fabricante do produto no CADASTRO TÉCNICO FEDERAL DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS OU UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS, acompanhado do respectivo CERTIFICADO DE REGULARIDADE VÁLIDO, atendendo a exigência da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 e, nos termos do art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;

3.4.1 - A Licitante deverá comprovar, através de declaração e comprovantes fiscais, a prestação de serviços do fabricante à empresa Licitante;

3.4.2 - Em relação aos itens deste objeto que possuam em sua composição liga metálica (cobre e zinco), será necessário o cumprimento do item 3.3 relativo à seguinte Ficha Técnica de Enquadramento-FTEs - Categoria 3 - Indústria Metalúrgica - 3-10: Fabricação de artefatos de ferro, aço e de metais não-ferrosos com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia, conforme classificação do IBAMA;

3.4.3 - Em relação ao item que contém acrílico em sua composição (1.1.19), será necessário o cumprimento do item 3.3 relativo à seguinte Ficha



Técnica de Enquadramento-FTEs - Categoria 12 - Indústria de Produtos de Matéria Plástica - 2 - Fabricação de artefatos de material plástico; conforme classificação do IBAMA;

3.4.4 - Caso o fabricante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da Lei;

3.5 - Considerando o ciclo de vida dos produtos que integram o objeto, os quais são compostos prioritariamente de Tombac (liga metálica de cobre e zinco) e de acrílico, percebe-se que não se tem o controle do descarte deste itens, uma vez que são concedidos às pessoas agraciadas, portanto, a fase do ciclo de vida prioritária, em relação à sustentabilidade, será na fabricação dos itens que levem a liga metálica de cobre e zinco ou acrílico, por meio da exigência de que o licitante comprove, como requisito de aceitação de sua proposta, que o fabricante do produto por ele ofertado está devidamente registrado junto ao CTF/APP, conforme preconiza o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria Geral da União - Advocacia Geral da União, em sua 5ª Edição, de agosto de 2022.

3.6 - Além da obrigatoriedade do CTF, conforme itens anteriores deste tópico, tendo em vista que os fabricantes de produtos nos ramos da Indústria metalúrgica e da Indústria de produtos de matéria plástica, materiais que compõem a maior parte dos itens desta contratação (no caso, liga metálica de cobre e zinco e/ou acrílico) estão relacionados no Anexo I da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) n. 237/1997, será exigida, por ocasião da aceitabilidade da proposta do licitante vencedor (e apenas deste), a Licença Ambiental de Operação (LAO) do empreendimento, com prazo de validade em vigor e expedida pelo órgão ambiental competente, como condição para aceitação dos produtos, conforme explicita o MANUAL DE SUSTENTABILIDADE NAS COMPRAS E CONTRATOS DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL 2ª EDIÇÃO, de acordo com o entendimento do TCU, e do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria Geral da União da Advocacia Geral da União, em sua 5ª Edição.

3.6.1 - Como requisito para participação no certame, pode ser exigida a declaração de disponibilidade da licença ambiental ou declaração de que o licitante reúne condições de apresentá-la quando solicitado pela Administração, conforme Acórdão 6306/2021- TCU- Segunda Câmara, registrado no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria Geral da União da Advocacia Geral da União, em sua 5ª Edição.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1 REQUISITOS TÉCNICOS E DE QUALIDADE

4.1 - Os requisitos indispensáveis a esta contratação dizem respeito aos itens constantes no tópico 1 deste Termo, contendo a **descrição detalhada de cada um dos itens do objeto**, com suas respectivas características, tanto em termos qualitativos, quanto quantitativos, inclusive respeitando os prazos e datas estabelecidos em cada etapa da execução, de acordo com as fotos da qualidade mínima e do padrão que se espera de cada item do objeto.



4.2 - Além do item 4.1, no tocante aos requisitos de sustentabilidade, a Contratada:

4.2.1 - Deverá atender ao disposto no item 4.4.4;

4.2.2 - Além da obrigatoriedade do CTF, conforme 4.4.4, tendo em vista que os fabricantes de produtos nos ramos da Indústria metalúrgica e da Indústria de produtos de matéria plástica, materiais que compõem a maior parte dos itens desta contratação (no caso, liga metálica de cobre e zinco e /ou acrílico) estão relacionados no Anexo I da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) n. 237/1997, será exigida, por ocasião da aceitabilidade da proposta do licitante vencedor (e apenas deste), a Licença Ambiental de Operação (LAO) do empreendimento, com prazo de validade em vigor e expedida pelo órgão ambiental competente, como condição para aceitação dos produtos, conforme explicita o MANUAL DE SUSTENTABILIDADE NAS COMPRAS E CONTRATOS DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL 2ª EDIÇÃO, de acordo com o entendimento do TCU, e do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria Geral da União da Advocacia Geral da União, em sua 5ª Edição.

4.3 - Habilitação do licitante e comprovação de aptidão técnica: Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

4.3.1 - SICAF: Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;

4.3.2 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas — CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

4.3.3 - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.enj.jus.br/improbidadeadm/consultarrequerido.php).

4.3.4 - Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União — TCU;

4.3.5 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

4.3.6 - Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.



4.4 - Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas condições seguintes:

4.4.1 - Habilitação jurídica:

4.4.1.1 - No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

4.4.1.2 - Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

4.4.1.3 - No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

4.4.1.4 - No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

4.4.1.5 - No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração — DREI.

4.4.1.6 - No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

4.4.1.7 - Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

4.4.2 - Regularidade fiscal e trabalhista:

4.4.2.1 - prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

4.4.2.2 - prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.



4.4.2.3 - prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

4.4.2.4 - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

4.4.2.5 - prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

4.4.2.6 - prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

4.4.2.7 - caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

4.4.2.8 - caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

4.4.3 - Qualificação técnica:

4.4.3.1 As empresas deverão enviar para todos os itens do objeto que possuam em sua composição substâncias consideradas como potencialmente poluidoras ou que utilizem recursos ambientais, o Comprovante de Registro do Fabricante do produto no CADASTRO TÉCNICO FEDERAL DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS OU UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS - CTF/APP, acompanhado do respectivo CERTIFICADO DE REGULARIDADE VÁLIDO, atendendo a exigência da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 e, nos termos do art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;

4.4.3.1.1 - A Licitante deverá comprovar, através de declaração e comprovantes fiscais, a prestação de serviços do fabricante à empresa Licitante;

4.4.3.1.2 - Em relação aos itens deste objeto que possuam em sua composição liga metálica (cobre e zinco), será necessário o cumprimento do item 3.3 relativo à seguinte Ficha Técnica de Enquadramento-FTEs - Categoria 3 - Indústria Metalúrgica - 3-10: Fabricação de artefatos de ferro, aço e de metais não-ferrosos com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia, conforme classificação do IBAMA;

4.4.3.1.3 - Em relação ao item que contém acrílico em sua composição (1.1.19), será necessário o cumprimento do item 3.3 relativo à seguinte Ficha Técnica de Enquadramento-FTEs -



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



Categoria 12 - Indústria de Produtos de Matéria Plástica - 2 - Fabricação de artefatos de material plástico; conforme classificação do IBAMA;

4.4.3.1.4 - Caso o fabricante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da Lei.

4.4.3.2 - Considerando o ciclo de vida dos produtos que integram o objeto, os quais são compostos prioritariamente de Tombac (liga metálica de cobre e zinco) e de acrílico, percebe-se que não se tem o controle do descarte deste itens, uma vez que são concedidos às pessoas agraciadas, portanto, a fase do ciclo de vida prioritária, em relação à sustentabilidade, será na fabricação dos itens que levem a liga metálica de cobre e zinco ou acrílico, por meio da exigência de que o licitante comprove, como requisito de aceitação de sua proposta, que o fabricante do produto por ele ofertado está devidamente registrado junto ao CTF/APP, conforme preconiza o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria Geral da União - Advocacia Geral da União, em sua 5ª Edição, de agosto de 2022.

4.2 REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE:

4.2.1 - Como requisito para participação no certame, pode ser exigida a declaração de disponibilidade da licença ambiental de operação (LAO), de que trata o item 4.2.2 deste tópico, ou declaração de que o licitante reúne condições de apresentá-la quando solicitado pela Administração, conforme Acórdão 6306/2021-TCU- Segunda Câmara, registrado no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria Geral da União da Advocacia Geral da União, em sua 5ª Edição.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (RESULTADOS ESPERADOS):

5.1 - Espera-se, com esta contratação, possibilitar, conforme a conveniência e a oportunidade da Administração, demandar a produção de itens do objeto proposto, de acordo com a ocasião institucional e/ou solene, a fim de prestar o devido reconhecimento público por parte desta Corte aos colaboradores e instituições que tenham contribuído para o aperfeiçoamento da Justiça Federal da 2ª Região, motivando outros projetos e ações de similar ou maior relevo positivo para o TRF2 e para o exercício da atividade judicante;

5.2 - Os resultados esperados também consistem em demandar empresas que produzam os itens do objeto desta contratação de forma sustentável, com a preservação do meio ambiente e com o manejo adequado dos recursos naturais, possuindo o CTF/IBAMA e o LAO (este apenas do licitante vencedor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:



6.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas nas normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

6.2 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o prazo de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

6.3 - As comunicações entre o TRF 2ª Região e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

6.4 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

6.5 - Após a assinatura do contrato ou da nota de empenho, o TRF 2ª Região poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial, presencial ou online, conforme disponibilidade da contratada e do contratante, para apresentação de informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

6.6 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor do contrato, ou pelo respectivo substituto;

6.7 - O gestor acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

6.7.1 - O gestor do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.7.2 - Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o gestor do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.7.3 - O gestor do contrato informará à Divisão de Contratos do TRF 2ª Região, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

6.7.4 - O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação técnica da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;



6.7.5 - Caso ocorram descumprimentos das obrigações contratuais, o gestor do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando à Divisão de Contratos do TRF 2ª Região, para que sejam tomadas as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.7.6 - A ação da fiscalização do Gestor do Contrato não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

7.1 - O pagamento será efetuado após a entrega dos produtos, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal por ela apresentado, devidamente atestado pelo gestor do Contrato em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da apresentação do documento fiscal para valor inferior ou igual a R\$17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), ou em até 10 (dez) dias úteis, para valor superior a R\$17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), a contar do atesto do documento fiscal, aposto pelo gestor do Contrato.

7.1.1 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

7.1.2 - Para fins do disposto no item 7.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária

7.2 - O documento fiscal deverá acompanhar os produtos quando estes forem entregues na Assessoria de Relações Institucionais e Cerimonial da Presidência - ARIC, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, localizada na Rua do Acre, 80 / 20º andar, sala 2001-A - Centro/Rio de Janeiro RJ, das 12 às 17 horas, de 2ª a 6ª feira.

7.2.1 - A entrega deverá ser agendada com antecedência, de 2ª a 6ª feira, e realizada no horário de 12h às 17h, através dos telefones: (0XX21) 2282-8181 e (0XX21) 2282-8389.

7.3 - A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal;

7.4 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação, em duas vias, da Declaração a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234 de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nº 1540 de 05/01/2015 e nº 1.552 de 02/03/2015;



7.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas (Acórdão 964/2012- Plenário-TCU);

7.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento;

7.6 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à contratada para retificação e reapresentação acrescentando-se, no prazo fixado no item 7.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

7.7- No caso da prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX, do art. 14, da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, a contratada não localizada no município do Rio de Janeiro, estará sujeita, no ato de pagamento, à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;

7.7.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item 7.7, a contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

8.1 - A modalidade licitatória indicada é o Pregão, a fim de gerar Ata(s) de Registro de Preços, COM VALIDADE DE 1 (UM) ANO, RENOVÁVEIS POR MAIS 01 (UM) ANO;

8.2 - O critério de seleção deverá ser o Menor Preço.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

9.1 - O orçamento prévio relativo à presente contratação consta da planilha anexa ao edital.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1 - A cota orçamentária referente a este objeto é prevista, em parte, no SIGA GO sob os: ID 11 (moedas) e ID 17 (medalhas e outros itens).

10.2 - Em relação aos novos itens: "peça para visita institucional" e "bótons", será avaliada a possibilidade de ampliar o escopo do ID 17, que poderia conter todos os itens de agradecimento ou poderão ser criados novos IDS para cada um deles, na próxima revisão da programação orçamentária da ARIC de 2024.

11. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR):



11.1 - Com fundamento no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, a licitante ou a contratada será responsabilizada administrativamente nas seguintes hipóteses:

11.1.1 - der causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3 - der causa à inexecução total do contrato;

11.1.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5 - não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

11.1.9 - fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

11.1.12 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 - A fiscalização do contrato acompanhará o desempenho da contratada com base nas obrigações e na forma de execução, descritas neste Termo. O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS, o qual define objetivamente os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento em função de infrações.

11.3 - O não atendimento do IMR e a consequente redução do valor a ser faturado não inibe a aplicação das demais penalidades previstas neste Contrato.

11.4 - Ocorrerá, ainda, a retenção ou glosa no pagamento devido à Contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas.



11.5 - A aplicação do percentual de redução do valor a ser faturado por não atendimento do IMR obedecerá às Tabelas 01 e 02, a seguir discriminadas:

TABELA 1			
ITEM	DESCRIÇÃO	PONTOS	INCIDÊNCIA
01	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituir material licitado por outro de qualidade inferior.	3	Por ocorrência
02	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratados.	8	Por dia e por tarefa designada
03	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada.	2	Por item e por ocorrência
04	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
05	Deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e outros documentos necessários à comprovação do cumprimento dos demais encargos trabalhistas.	3	Por ocorrência e por dia
06	Deixar de entregar ou entregar com atraso ou incompleta documentação exigida em cláusula específica do contrato - DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA.	2	Por ocorrência e por dia
07	Deixar de apresentar notas fiscais discriminando preço e quantidade de todos os materiais utilizados mensalmente, indicando marca, quantidade total e quantidade unitária (volume, peso etc.).	7	Por ocorrência
	Deixar de entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar		



08	as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do contrato.	3	Por ocorrência e por dia
09	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	8	Por item e por ocorrência
10	Enviar os itens fora dos parâmetros de qualidade estipulados pela Contratante.	7	Por item e por ocorrência
11	Entregar os itens fora do dia e/ou horário acordados com a Contratante, de acordo com os prazos estabelecidos neste Termo, de modo a comprometer o evento ou situação institucional para os quais se destinam	8	Por item e por ocorrência
12	Entregar os itens em quantitativo inferior ao solicitado por ocasião do Aviso de Contratação (Solicitação de Serviço), realizado pela Contratada.	8	Por item e por ocorrência
13	Deixar de prestar algum dos serviços estabelecidos no Edital e nos seus anexos.	8	Por item e por ocorrência
14	Deixar de entregar algum dos itens solicitados de acordo com o protótipo aprovado, após prazo contratual para retificação.	8	Por item e por ocorrência

TABELA 2		
PONTOS DA INFRAÇÃO	GRAU DA INFRAÇÃO	CORRESPONDÊNCIA
2	1	0,5 % sobre o valor prestado na solicitação de serviço
3	2	1,0 % sobre o valor prestado na solicitação de serviço



TRF2TER202400015A



4	3	1,5 % sobre o valor prestado na solicitação de serviço
5	4	2,0 % sobre o valor prestado na solicitação de serviço
6	5	2,5 % sobre o valor prestado na solicitação de serviço
7	6	3,0 % sobre o valor prestado na solicitação de serviço
8	7	3,5 % sobre o valor prestado na solicitação de serviço

12. ANÁLISE DE RISCOS:

12.1 - As informações referentes a este item, seguem anexas a este Termo de Referência - Anexo F.

13. **ANEXOS:** Os anexos ao presente termo constarão no Edital.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 2024.

- assinado eletronicamente -

ALFREDO DE ANDRADE BOTTINO
Assessor(a)-Chefe
ASSESSORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E CERIMONIAL



TRF2-EOF-2023/00274
ANEXO II - Planilha de Preços

Pregão 90008/24

ITEM	DESCRIÇÃO	Quant.	Custo Médio Unitário	Custo Médio Total
1.1.1	PLACA COM RESPLENDOR (pendente do colar da placa com resplendor – item 1.1.2):	10	R\$408,48	R\$4.084,80
1.1.2	COLAR DA PLACA COM RESPLENDOR (COLAR DA COMENDA GRÃO COLAR):	10	R\$1.375,00	R\$13.750,00
1.1.3	CRACHÁ:	10	R\$300,00	R\$3.000,00
1.1.4	MEDALHA DO MÉRITO (acompanha a Comendas Colar com Fita de Pescoço):	10	R\$327,50	R\$3.275,00
1.1.5	FITA DE PESCOÇO (acompanha a Comenda Colar com Fita de Pescoço):	10	R\$57,50	R\$575,00
1.1.6	PASSADOR (acompanha a comenda Colar com Fita de Pescoço):	10	R\$42,95	R\$429,50
1.1.7	BARRETA:	20	R\$44,00	R\$880,00
1.1.8	ROSETA COM LAÇO DOURADO (inserida no quite da Comenda Grão Colar e do Colar com Fita de Pescoço):	30	R\$43,50	R\$1.305,00
1.1.9	MINIATURA medalha com fita	20	R\$129,63	R\$2.592,60
1.1.10	PORTA DIPLOMA:	20	R\$175,67	R\$3.513,40
1.1.11	DIPLOMA (vai inserido em uma face do porta diploma):	20	R\$41,78	R\$835,60
1.1.12	HISTÓRICO (vai inserido na outra face do porta diploma):	20	R\$41,78	R\$835,60
1.1.13	ESTOJO DA MEDALHA COMENDA GRÃO COLAR:	20	R\$233,75	R\$4.675,00

1.1.14	ESTOJO DA MEDALHA MÉRITO (Comendas Colar com Fita de Pescoço, Alta Distinção e Mérito) – TAMANHO DIFERENTE:	20	R\$201,25	R\$4.025,00
1.1.15	FAIXA DE CORPO (com placa com resplendor incluída	10	R\$961,67	R\$9.616,70
	TOTAL LOTE 01			R\$53.393,20
1.1.16	MOEDA COMEMORATIVA COM ESTOJO INDIVIDUAL	200	R\$167,13	R\$33.426,00
	TOTAL LOTE 02			R\$33.426,00
1.1.17	BÓTON DE 10 ANOS COM ESTOJO INDIVIDUAL	250	R\$60,00	R\$15.000,00
1.1.18	BÓTON DE 20 ANOS COM ESTOJO INDIVIDUAL	200	R\$62,75	R\$12.550,00
1.1.19	BÓTON DE 30 ANOS COM ESTOJO INDIVIDUAL	50	R\$85,50	R\$4.275,00
	TOTAL LOTE 03			R\$31.825,00
1.1.20	PEÇA EM ACRÍLICO MODELO ESCULTURA EM ESTOJO DE VELUDO	200	R\$240,83	R\$48.166,00
	TOTAL LOTE 04			R\$48.166,00
TOTAL				R\$166.810,20

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE BENEFÍCIO ME e EPP

(Declaração a ser apresentada por microempresas, para efeitos da obtenção de benefícios, nos termos do artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº __/202__

Proc. nº TRF2-EOF-202_/0000

Declaro, sob as penas da Lei, que a Empresa (..) não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

CNPJ:

EMPRESA:

DATA:

ASSINATURA:



TRF2CAP202316483

ANEXO IV
DECLARAÇÃO
(Resolução nº 07/2005/CNJ alterada pelas Resoluções nº 009/2005 e
229/2016)
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000/202_
Proc. nº TRF2-EOF-202_/0000

_____**DECLARA**, em face do disposto no inc. VI do art. 2º da Resolução nº 07 de 18.10.2005, alterada pela Resolução nº 229/2016 e Resolução nº 9 de 06/12/2005, do Conselho Nacional de Justiça, que:

() não há em seu **quadro societário** cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

() Há em seu quadro societário parentesco com:

Nome:	Parentesco:	Órgão: CC*	MPJ*
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____

*CC= ocupante de cargo em comissão

*MPJ= Membro do Poder Judiciário

Observação:

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP).

Rio de Janeiro,

(Assinatura)





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

ANEXO V

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SIGA N.º

Processo Administrativo n.º TRF2-EOF-2023/00274

Pregão Eletrônico/ SRP N.º 90008/2024

O **Tribunal Regional Federal da 2.ª Região**, inscrito no C.N.P.J. sob o n.º 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, n.º 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Diretor-Geral, Dr. Paulo Cezar Braga Edmundo**, doravante denominado simplesmente **TRF – 2ª RG**, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 90008/2024**, homologado em ____/____/____, conforme despacho n.º ____ no Processo Administrativo n.º TRF2-EOF-2023/00274, **RESOLVE** registrar o preço da empresa _____, doravante denominada simplesmente **FORNECEDOR**, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada para o(s) item(ns), atendendo as condições previstas no edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n.º 14.133/2021, Decreto n.º 11.462/2023 e em conformidade com as disposições a seguir:

Classif. documental	30.01.02.02
---------------------	-------------



TRF2CAP202402199

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para contratação de empresa para prestar serviço especializado de confecção de: CONJUNTO DE MEDALHAS DO MÉRITO JUDICIÁRIO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, acompanhadas de itens de agraciamento, MOEDAS COMEMORATIVAS DO TRF2, BÓTONS POR TEMPO DE SERVIÇO, PEÇAS DE HOMENAGEM, conforme especificações estipuladas no Termo de Referência - Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico n.º 90008/2024, que passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata, juntamente com a documentação e a proposta de preços apresentada pela licitante classificada para o(s) item(ns), independentemente de transcrição, conforme consta nos autos do Processo Administrativo n.º TRF2-EOF-2023/00274.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

2.1 - A Ata de Registro de Preços terá vigência de 01(um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, conforme artigo 84 da Lei nº 14.133/2021;

2.2 - Este instrumento não obriga o TRF – 2ª RG a firmar contratações na quantidade estimada, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DA ADMINISTRAÇÃO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

A administração desta Ata caberá à Assessoria de Relações Institucionais e Cerimonial (ARIC), do Gabinete da Presidência.

4 - CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTITATIVO:

4.1 – O(s) preço(s) registrado(s), a(s) especificação(ões) do(s) material(is), o(s) quantitativo(s) e marca(s) encontram-se enunciados na presente Ata;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

Item	Descrição	Quant. (Unids.)	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
LOTE 01 - CONJUNTO DE MEDALHAS DO MÉRITO JUDICIÁRIO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO				
1.1	<p>PLACA COM RESPLENDOR (pendente do colar da placa com resplendor):</p> <p>Estampada/cunhada em Liga metálica Tombac (cobre e zinco, conforme norma técnica da ASTM B-36, espessura de 20 microns), tratamento de retirada de impurezas com banhos desengraxantes e acabamento por meio de banho eletrolítico de níquel com recobrimento galvânico e banho de ouro 1000, diluído no substrato de Tombac.</p> <p>No anverso: Com 65 mm de diâmetro, composta por um resplendor dourado polido sotoposto a uma cruz formada por quatro setas convergentes, contornada com dourado e fio preto e no interior esmalte branco. Abaixo da cruz dois ramos de louro (<i>laurus nobilis</i>) estilizados contornados de dourado e interior em esmalte verde esmeralda.</p> <p>Acima da cruz, círculo contornado de dourado e no interior, na parte superior, a inscrição (MÉRITO JUDICIÁRIO) na parte inferior (TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO) sobre fundo azul (pantone 295M). Ao centro do círculo, mapa do Brasil contornado de dourado e fundo esmaltado na cor azul (pantone 292M), com espada e balança em dourado e círculo representando o estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo na cor vermelha.</p> <p>No verso: Plano, em dourado, com as inscrições em alto relevo, conforme desenho técnico, tanto na parte superior (MÉRITO JUDICIÁRIO), quanto na parte central (TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO).</p> <p>Argola para fixação no colar.</p>	10		
1.2	<p>COLAR DA PLACA COM RESPLENDOR (COLAR DA COMENDA GRÃO COLAR):</p> <p>Insígnia (placa com resplendor): diâmetro de 6,5 cm pendente de um colar de uma corrente de prata dourada encimada por uma imagem de seis pontas, de tamanho grande, esmaltada de azul e orlada de prata dourada; o referido colar é ornado, alternadamente, com braços da cruz de malta da medalha, esmaltada de branco e orlada de prata dourada e de um escudo peninsular português, dourado, filetado em dourado, campo dourado, contendo ao centro o Brasão das Armas da República Federativa do Brasil, dourado e em alto relevo.</p> <p>O colar tem 850 mm de comprimento linear.</p> <p>Fecho pega-ladrão ajustável, de metal dourado, em que uma parte é inserida no interior da outra e há um gancho que fica preso, por pressão, a uma pequena esfera exatamente como o fecho da fotografia – Anexo I.</p>	10		
1.3	<p>CRACHÁ:</p> <p>Estampada/cunhada em Liga metálica Tombac (cobre e zinco, conforme norma técnica da ASTM B-36, espessura de 20 microns), tratamento de retirada de impurezas com banhos desengraxantes e acabamento por meio de banho eletrolítico de níquel com recobrimento galvânico e banho de ouro 1000, diluído no substrato de Tombac.</p> <p>No anverso: Côncava (abaulada), com 65 mm de diâmetro, composta por um resplendor dourado polido sotoposto a uma cruz formada por quatro setas convergentes, contornada com dourado e fio preto e no interior esmalte branco. Abaixo da cruz dois ramos de louro (<i>laurus nobilis</i>)</p>	10		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

	<p>estilizados contornados de dourado e interior em esmalte verde esmeralda.</p> <p>Acima da cruz, círculo contornado de dourado e no interior, na parte superior, a inscrição (MÉRITO JUDICIÁRIO) na parte inferior (TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO) sobre fundo azul (pantone 295M). Ao centro do círculo, mapa do Brasil contornado de dourado e fundo esmaltado na cor azul (pantone 292M), com espada e balança em dourado e círculo representando o estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo na cor vermelha.</p> <p>No verso:</p> <p>Em dourado, com as inscrições em alto relevo, conforme desenho técnico, tanto na parte superior (MÉRITO JUDICIÁRIO), quanto na parte central (TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO).</p> <p>Método de fixação na roupa: três pinos soldados no verso, em prata, dourados, com o mesmo banho da medalha, que não permita escurecer. Os pinos devem ser de dimensões adequadas para a inserção de três taraxas de metal de pressão, com excelente qualidade (resistentes como as americanas), também douradas no mesmo banho e material da medalha, para não escurecer. O sistema de fixação deve possibilitar que o crachá se mantenha preso à roupa (tecidos de terno, blazer e/ou tecido fino), de maneira que não caia durante a movimentação do agraciado e não danifique sua indumentária.</p>			
1.4	<p>MEDALHA DO MÉRITO (acompanha a Comenda Colar com Fita de Pescoco):</p> <p>- MEDALHA – Estampada/cunhada em Liga metálica Tombac (cobre e zinco, conforme norma técnica da ASTM B-36, espessura de 20 microns), tratamento de retirada de impurezas com banhos desengraxantes e acabamento por meio de banho eletrolítico de níquel com recobrimento galvânico e banho de ouro 1000, diluído no substrato de Tombac, com argola para fixação na fita.</p> <p>No anverso: Medalha com 50 mm de diâmetro e 4,5 mm de espessura no plano de maior relevo. Composta por cruz formada por quatro setas convergentes, contornada com dourado e fio preto e no interior esmalte branco. Abaixo da cruz dois ramos de louro (laurus nobilis) estilizados contornados de dourado e interior em esmalte verde esmeralda. Acima da cruz, círculo contornado de dourado e no interior, na parte superior, a inscrição (MÉRITO JUDICIÁRIO) na parte inferior (TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO) sobre fundo azul (pantone 295M). Ao centro do círculo, mapa do Brasil contornado de dourado e fundo esmaltado na cor azul (pantone 292M), com espada e balança em dourado e círculo representando o estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo na cor vermelha;</p> <p>No verso: as mesmas características do anverso, com exceção do centro, que vai carregado somente por um círculo esmaltado em azul (pantone 295M) filetado a ouro, contornado de dourado contendo gravado em seu interior o Brasão da República em dourado;</p> <p>Argolas para fixação da fita</p>	10		
1.5	<p>FITA DE PESCOÇO (acompanha a Comenda Colar com Fita de Pescoco):</p> <p>Produzida de gorgorão de seda achamlotada com 52 mm de largura e 600 mm de comprimento linear, composta por</p>	10		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

	sete faixas, descritas na sequência de cores a partir da extremidade na cor preta, amarelo (pantone 116M), verde (pantone 356M), azul central (pantone 295M), verde (pantone 356M), amarelo (pantone 116M) e na cor preta com as extremidades abainhadas e para garantir melhor adaptação do colar no uso, o meio da fita terá costura reforçada, em forma triangular, e neste ponto será preso o passador que une a fita à Medalha. A fita será afixada por meio de fecho com velcro de boa qualidade em cor branca com extensão (comprimento) de 4cm de modo a permitir o ajuste no pescoço dos homenageados. O acabamento da fita e do velcro deve ser observado nas fotos do ANEXO.			
1.6	PASSADOR (acompanha a comenda <u>Colar com Fita de Pescoco</u>): Estampada/cunhada em liga metálica Tombac (cobre e zinco), conforme norma técnica da ASTM B-36, espessura de 20 microns), polido. Tratamento de retirada de impurezas com banhos desengraxantes e acabamento por meio de banho eletrolítico de níquel com recobrimento galvânico e banho de ouro 1000, diluído no substrato de Tombac, composto por folhas e frutos estilizados de louro em alto relevo, com 49 mm de comprimento por 06 mm de largura.	10		
1.7	BARRETA: Estampada/cunhada em liga metálica Tombac (cobre e zinco), conforme norma técnica da ASTM B-36, espessura de 20 microns), polido. Tratamento de retirada de impurezas com banhos desengraxantes e acabamento por meio de banho eletrolítico de níquel com recobrimento galvânico e banho de ouro 1000, diluído no substrato de Tombac, forrada com fita de gorgorão de seda achamlotada, medindo 35 mm de comprimento por 10 mm de largura, composta por sete faixas, sendo as das extremidades composta por sete faixas, descritas na sequência de a partir da extremidade preto, amarelo (pantone 116M), verde (pantone 356M), azul central (pantone 295M), verde (pantone 356M), amarelo (pantone 116M) e preto, no centro um boton em liga metálica com o desenho de uma balança na cor preta de 8mm de diâmetro sob fundo dourado e no verso uma placa lisa em metal dourado atravessada por dois pinos e fecho pega-ladrão, ambos em metal dourado, com 2 tarraxas de metal de pressão, com excelente qualidade (resistentes como as americanas). <u>Não</u> serão aceitos de silicone.	20		
1.8	ROSETA COM LAÇO DOURADO (inserida no quite da Comenda <u>Grão Colar e do Colar com Fita de Pescoco</u>): Botão circular com 10mm de diâmetro e 8mm de espessura, forrada com a mesma fita da barreta, contornado em cor azul (pantone 295M) com interior raído, distribuído em 4 (quatro) raios nas cores verde (pantone 356M) e amarelo (pantone 116M), afixada ao centro em fio de ouro dobrada com 13,5 mm de comprimento por 08 mm de largura e atravessada no verso por um pino e fecho pega-ladrão, ambos em metal dourado, com 1 tarraxa de metal de pressão, com excelente qualidade (resistentes como as americanas). <u>Não</u> serão aceitos de silicone.	30		
1.9	MINIATURA: Estampada/cunhada em Liga metálica Tombac (cobre e zinco), conforme norma técnica da ASTM B-36, espessura de 20 microns), polido. Tratamento de retirada de impurezas com banhos desengraxantes e acabamento por meio de banho eletrolítico de níquel com recobrimento galvânico e banho de ouro 1000, diluído no substrato de	20		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

	Tombac, pendente em uma fita de gorgorão de seda achamalogada com um prendedor “dente de foca” em metal dourado na parte posterior, apresentando as proporções e características descritas nos modelos anexos. Semelhante à medalha descrita acima nas dimensões estabelecidas no desenho técnico (Anexo). A medalha do mérito tem 23mm de diâmetro e a fita 46mm de comprimento por 15mm de largura.			
1.10	PORTA DIPLOMA: Em capa dura com cantoneira fina em metal dourado, revestida em couro vinho Bordeaux (pantone 202M) levemente acolchoada com uso de laminado de espuma de 0,04 mm de espessura, para receber no centro da capa frontal a gravação da imagem do brasão da república em baixo relevo preenchido por impressão em dourado com 76,0 x 76,0 mm, com a informação Tribunal Regional Federal da 2ª Região em baixo relevo preenchido por impressão em dourado, sendo as margens do porta diploma costuradas com linha vinho Bordeaux (pantone 202M) e internamente em camurça preta com 23 x 31,5 cm fechado e 46 x 31,5 cm aberto, com fitas de cetim vinho Bordeaux (pantone 202M) com 10,01 mm de largura nos quatro cantos das duas faces internas a servir de cantoneiras para fixar o histórico e o diploma, conforme modelos anexos.	20		
1.11	DIPLOMA (vai inserido em uma face do porta diploma): O diploma e o histórico devem ser produzidos em papel pergaminho fantasia importado 180 gramas, 4/0 cores na cor especial ouro com 21 x 29,7 cm e numerados em sequência ininterrupta, registrados, chancelados na lateral inferior direita em alto relevo, assinados pelo chanceler da medalha e com as características descritas nos modelos anexos.	20		
1.12	HISTÓRICO (vai inserido na outra face do porta diploma): O diploma e o histórico devem ser produzidos em papel pergaminho fantasia importado 180 gramas, 4/0 cores na cor especial ouro com 21 x 29,7 cm e numerados em sequência ininterrupta, registrados, chancelados na lateral inferior direita em alto relevo, assinados pelo chanceler da medalha e com as características descritas nos modelos anexos	20		
1.13	ESTOJO DA MEDALHA COMENDA GRÃO COLAR: Retangular, com tampa abaulada e duas dobradiças em metal dourado, medindo 29 cm de comprimento por 18 cm de largura e 08 cm de altura , revestido externamente com papel couro na cor vinho Bordeaux (pantone 202M) com fecho externo em metal dourado e com a imagem do brasão da República em baixo relevo preenchido por impressão em dourado, com 70 x 70 mm sobre o centro da tampa que será contornada com discreto friso dourado pela lateral. Abaixo do brasão da República na tampa deve constar a informação TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO em baixo relevo preenchido por impressão em dourado. A parte interna da tampa será revestida de veludo na cor preta, composta por uma peça removível rígida com puxador em fita de seda branca na parte superior e revestida por veludo preto com os devidos espaços e encaixes para acomodar e prender a Medalha e seus complementos na parte frontal e na parte traseira revestida em papel couro na cor vinho Bordeaux (pantone 202M), sem o veludo da tampa encostando-se às peças quando fechado;	20		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

	Na parte superior interna do estojo, deve vir a inscrição em impressão dourada: MÉRITO JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, conforme desenho técnico.			
1.14	<p>ESTOJO DA MEDALHA MÉRITO (Comendas Colar com Fita de Pescoço, Alta Distinção e Mérito) – TAMANHO DIFERENTE:</p> <p>Retangular, com tampa abaulada e duas dobradiças em metal dourado, medindo 29 cm de comprimento por 15 cm de largura e 6 cm de altura, revestido externamente com papel couro na cor vinho Bordeaux (pantone 202M) com fecho externo em metal dourado e com a imagem do brasão da República em baixo relevo preenchido por impressão em dourado, com 70 x 70 mm sobre o centro da tampa que será contornada com discreto friso dourado pela lateral. Abaixo do brasão da República na tampa deve constar a informação TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO em baixo relevo preenchido por impressão em dourado.</p> <p>A parte interna da tampa será revestida de veludo na cor preta, composta por uma peça removível rígida com puxador em fita de seda branca na parte superior e revestida por veludo preto com os devidos espaços e encaixes para acomodar e prender a Medalha e seus complementos na parte frontal e na parte traseira revestida em papel couro na cor vinho Bordeaux (pantone 202M), sem o veludo da tampa encostando-se às peças quando fechado;</p> <p>Na parte superior interna do estojo, deve vir a inscrição em impressão dourada: MÉRITO JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, conforme desenho técnico.</p>	20		
1.15	<p>FAIXA DE CORPO (com placa com resplendor incluída): Faixa em tecido gorgorão de seda achamlotada com 90 mm de largura e 1600 mm de comprimento total linear, composta por sete faixas, descritas na sequência de cortes a partir da extremidade na cor preta, amarelo (pantone 116M), verde (pantone 356M), azul central (pantone 295M), verde (pantone 356M), amarelo (pantone 116M) e na cor preta. Acabamentos conforme desenho técnico.</p> <p>Roseta da faixa: Produzida de gorgorão de seda achamlotada com 140mm de diâmetro. Plissada com 30 pregas de 5mm formando uma roseta, composta pelas cores descritas no desenho técnico. Botão central (roseta) aplicado de 45 mm de diâmetro em fios de ouro.</p> <p>Pendente da Faixa de Corpo – conforme Placa com Resplendor, com especificação abaixo transcrita: Estampada/cunhada em Liga metálica Tombac (cobre e zinco, conforme norma técnica da ASTM B- 36, espessura de 20 microns), tratamento de retirada de impurezas com banhos desengraxantes e acabamento por meio de banho eletrolítico de níquel com recobrimento galvânico e banho de ouro 1000, diluído no substrato de Tombac.</p> <p>No anverso: Com 65 mm de diâmetro, composta por um resplendor dourado polido sotoposto a uma cruz formada por quatro setas convergentes, contornada com dourado e fio preto e no interior esmalte branco. Abaixo da cruz dois ramos de louro (laurus nobilis) estilizados contornados de dourado e interior em esmalte verde esmeralda. Acima da cruz, círculo contornado de dourado e no interior, na parte superior, a inscrição (MÉRITO JUDICIÁRIO) na parte inferior (TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO) sobre fundo azul (pantone 295M). Ao centro do círculo, mapa do Brasil</p>	10		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

	contornado de dourado e fundo esmaltado na cor azul (pantone 292M), com espada e balança em dourado e círculo representando o estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo na cor vermelha. No verso: Plano, em dourado, com as inscrições em alto relevo, conforme desenho técnico, tanto na parte superior (MÉRITO JUDICIÁRIO), quanto na parte central (TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO). Argola para fixação na roseta da faixa.			
Total do Lote 01:				
LOTE 02 - MOEDA COMEMORATIVA DO TRF2				
1.16	<p>MOEDA COMEMORATIVA COM ESTOJO INDIVIDUAL - com estampada/cunhada em Liga metálica Tombac (cobre e zinco, conforme norma técnica da ASTM B-36, espessura de 20 microns), tratamento de retirada de impurezas com banhos desengraxantes e acabamento por meio de banho eletrolítico de níquel com recobrimento galvânico, diluído no substrato de Tombac, e acabamento conforme especificado no desenho e nas fotografias, inclusive os tons de prata e dourado.</p> <p>ATENÇÃO: É FUNDAMENTAL VERIFICAR PELOS DESENHOS E IMAGENS, AS PARTES QUE DEVEM SER EM PRATA OU EM DOURADO, ASSIM COMO O RELEVO (BAIXO OU ALTO) E O TIPO DE POLIMENTO DE CADA UMA DELAS.</p> <p>Os desenhos e imagens da moeda, presentes no Anexo I deste documento, contêm todas as informações acerca das dimensões, do detalhamento das cores, da tonalidade em prata e em dourado, dos relevos e dos tipos de polimentos em todas as partes da moeda.</p> <p>O diâmetro da moeda é de 50mm e a espessura de 04mm.</p> <p>Atenção: a arte vetorizada da moeda será fornecida para a empresa vencedora do certame.</p> <p>Cada moeda deve vir acondicionada, de forma adequada, em um estojo adequado para condecorações, recoberto de veludo na cor preta. Deve existir uma depressão, um espaço aprofundado (berço) no qual a moeda seja acondicionada de forma adequada, com encaixe, a fim de evitar sua movimentação dentro do estojo e ao abri-lo. O interior do estojo deve ser da cor preta.</p> <p>PARTE DA FRENTE DA MOEDA: Deve constar inscrito na borda os termos, em alto relevo: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, com fundo rebaixado, circundando a circunferência, na parte superior. Na parte inferior da borda, deve constar a inscrição dos termos, em alto relevo: PODER JUDICIÁRIO, sob o fundo rebaixado. No centro deve constar a logomarca do TRF2, composta por uma parte de imagens e pela seguinte parte textual, em alto relevo: JUSTIÇA FEDERAL TRF2 e o fundo deve ser rebaixado.</p> <p>*TODO O DETALHAMENTO DAS FORMAS, RELEVOS, IMAGENS, FOTOS, TEXTOS, CORES, TONALIDADES EM PRATA E DOURADO, POLIMENTOS E DIMENSÕES ESTÁ NAS IMAGENS DO ITEM 1.4 – DESENHO TÉCNICO E FOTOGRAFIAS DA MOEDA COM O ESTOJO;</p> <p>PARTE DE TRÁS DA MOEDA: Deve constar inscrito na borda superior que circunda a circunferência, os seguintes termos, em alto relevo: JUSTIÇA – UM DOS PILARES MAIS IMPORTANTES DA DEMOCRACIA, com fundo rebaixado em relação às letras.</p> <p>Na borda inferior, deve constar a inscrição do seguinte termo, em alto relevo: BRASIL, com fundo rebaixado em relação às letras.</p>	200		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

	No interior do círculo central deve existir o Brasão da República em alto relevo, acima do fundo. *TODO O DETALHAMENTO DAS FORMAS, RELEVOS, IMAGENS, TEXTOS, CORES, TONALIDADES EM PRATA E DOURADO, POLIMENTOS E DIMENSÕES ESTÁ NAS IMAGENS QUE SEGUEM ANEXA A ESTE TERMO TÉCNICO.			
Total do Lote 02:				
LOTE 03 - BÓTONS				
1.17	<p>BÓTON DE 10 ANOS COM ESTOJO INDIVIDUAL - estampado em latão (liga de Cobre e Zinco), por cunho de aço, conforme imagens anexas referentes ao botão de 10 anos do TRF2, baseado no Brasão da República, extremamente similar ao modelo existente na ARIC.</p> <p>O botão deve ter 20 mm de altura, 20 mm de largura e 1mm de espessura. A ÚNICA pedra a ser utilizada deverá ser de <i>strass</i>, cor azul, com 1mm de diâmetro cada. Do lado direito deve haver inscrito o ano de 1989 e do lado esquerdo o termo 10 anos; entre a parte superior do brasão e as pedras e anos deve haver a inscrição do nome "Tribunal Regional Federal da 2ª Região", em dourado.</p> <p>O acabamento deve ser dourado obtido por galvanoplastia e esmaltado, obtido pela inserção de resinas sintéticas em campos próprios, com acabamento acetinado, polidos, esmaltados (nas mesmas cores da amostra existente no TRF2) e acabamento acetinado, polidos, e acondicionados em estojos de luxo recobertos de veludo, na cor preta.</p> <p>O interior do estojo também deve ser forrado com veludo preto e, apenas, a parte superior interna (tampa) deve estar coberta com cetim branco.</p> <p>Deve existir uma aba de suporte, recoberta por veludo preto, para o botão ficar preso no interior do estojo, que deve fechar sob pressão. Verificar as imagens.</p> <p>No reverso do botão será soldado um pino para fixação que será acompanhado por protetor plástico que fixa o distintivo no tecido das roupas. Verificar as imagens.</p> <p>A contratada deverá obrigatoriamente fornecer ao TRF2 o clichê (ferramenta de cunho/estamparia) utilizado para confeccionar o botão, após o término do serviço. O distintivo só pode ser produzido para o TRF2, sendo totalmente vedada a sua reprodução, ficando a contratada sujeita às possíveis penalidades.</p> <p>Medidas do botão: Altura = 20mm / Largura = 20mm / Espessura = 1mm</p> <p>Medidas do estojo: Largura da frente = 6,0cm / Comprimento lateral = 7,0cm/ altura do estojo fechado no ponto mais alto é, aproximadamente, 3,0cm</p>	250		
1.18	<p>BÓTON DE 20 ANOS COM ESTOJO INDIVIDUAL- estampado em latão (liga de Cobre e Zinco), por cunho de aço, conforme imagens anexas referentes ao botão de 20 anos do TRF2, baseado no Brasão da República, extremamente similar ao modelo existente na ARIC..</p> <p>O botão deve ter 20 mm de altura, 20 mm de largura e 1mm de espessura. As DUAS pedras utilizadas deverão ser de <i>strass</i>, incolor, tipo brilhantes, com 1mm de diâmetro cada. Do lado direito deve haver inscrito o ano de 1989 e do lado esquerdo o termo 20 anos; entre a parte superior do brasão e as pedras e anos deve haver a inscrição do nome "Tribunal Regional Federal da 2ª Região", em dourado; entre a parte superior do brasão e as pedras e anos deve haver a inscrição do nome "Tribunal Regional Federal da 2ª Região", em dourado.</p>	200		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

	<p>O acabamento deve ser dourado obtido por galvanoplastia e esmaltado, obtido pela inserção de resinas sintéticas em campos próprios, com acabamento acetinado, polidos, esmaltados (nas mesmas cores da amostra existente no TRF2) e acabamento acetinado, polidos, e acondicionados em estojos de luxo recobertos de veludo, na cor preta.</p> <p>O interior do estojo também deve ser forrado com veludo preto e, apenas, a parte superior interna (tampa) deve estar coberta com cetim branco.</p> <p>Deve existir uma aba de suporte, recoberta por veludo preto, para o botão ficar preso no interior do estojo, que deve fechar sob pressão. Verificar as imagens.</p> <p>No reverso do botão será soldado um pino para fixação que será acompanhado por protetor plástico que fixa o distintivo no tecido das roupas. Verificar as imagens.</p> <p>A contratada deverá obrigatoriamente fornecer ao TRF2 o clichê (ferramenta de cunho/estamparia) utilizado para confeccionar o botão, após o término do serviço. O distintivo só pode ser produzido para o TRF2, sendo totalmente vedada a sua reprodução, ficando a contratada sujeita às possíveis penalidades.</p> <p>Medidas do botão: Altura = 20mm / Largura = 20mm / Espessura = 1mm</p> <p>Medidas do estojo: Largura da frente = 6,0cm / Comprimento lateral = 7,0cm/ altura do estojo fechado no ponto mais alto é, aproximadamente, 3,0cm.</p>			
1.19	<p>BÓTON DE 30 ANOS COM ESTOJO INDIVIDUAL</p> <p>- estampado em latão (liga de Cobre e Zinco), por cunho de aço, conforme imagens anexas referentes ao botão de 30 anos do TRF2, baseado no Brasão da República, extremamente similar ao modelo existente na ARIC.</p> <p>O botão deve ter 20 mm de altura, 20 mm de largura e 1mm de espessura. As TRÊS pedras utilizadas deverão ser em <i>strass</i>, na cor vermelha, com 1mm de diâmetro cada. Do lado direito deve haver inscrito o ano de 1989 e do lado esquerdo o termo 30 anos; entre a parte superior do brasão e as pedras e anos deve haver a inscrição do nome "Tribunal Regional Federal da 2ª Região", em dourado.</p> <p>O acabamento deve ser dourado obtido por galvanoplastia e esmaltado, obtido pela inserção de resinas sintéticas em campos próprios, com acabamento acetinado, polidos, esmaltados (nas mesmas cores da amostra existente no TRF2) e acabamento acetinado, polidos, e acondicionados em estojos de luxo recobertos de veludo, na cor preta.</p> <p>O interior do estojo também deve ser forrado com veludo preto e, apenas, a parte superior interna (tampa) deve estar coberta com cetim branco.</p> <p>Deve existir uma aba de suporte, recoberta por veludo preto, para o botão ficar preso no interior do estojo, que deve fechar sob pressão. Verificar as imagens.</p> <p>No reverso do botão será soldado um pino para fixação que será acompanhado por protetor plástico que fixa o distintivo no tecido das roupas. Verificar as imagens.</p> <p>A contratada deverá obrigatoriamente fornecer ao TRF2 o clichê (ferramenta de cunho/estamparia) utilizado para confeccionar o botão, após o término do serviço. O distintivo só pode ser produzido para o TRF2, sendo totalmente vedada a sua reprodução, ficando a contratada sujeita às possíveis penalidades.</p> <p>Medidas do botão: Altura = 20mm / Largura = 20mm / Espessura = 1mm</p> <p>Medidas do estojo: Largura da frente = 6,0cm / Comprimento lateral = 7,0cm/ altura do estojo fechado no ponto mais alto é, aproximadamente, 3,0cm.</p>	50		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

Total do Lote 03:				
LOTE 04 - PEÇAS DE HOMENAGEM				
1.20	<p>PEÇA PARA CONCESSÃO EM VISITAS INSTITUCIONAIS: confecção de peça em acrílico com três dimensões, sendo a base retangular em acrílico de cor preta (sólida, sem transparência), com a impressão da logomarca da Justiça Federal, em cores, com tinta adequada para acrílico, de acordo com a escala Pantone, também indicada no desenho técnico: Azul Justiça Federal (Pantone 294 C), Verde Justiça Federal (Pantone 356 C) e Cinza Justiça Federal (Pantone Cool Gray 7), e, ao lado, o texto: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO, na cor Cinza Justiça Federal (Pantone Cool Gray 7), conforme desenho técnico em anexo. Bem afixada, em cima da base, deve existir, em acrílico incolor, a escultura dos pontos turísticos do Rio de Janeiro, também em três dimensões, com espessura de 1cm, conforme desenho técnico.</p> <p>A peça deve ser elaborada obrigatoriamente, exatamente, de acordo com as especificações determinadas neste documento e de forma fidedigna ao desenho técnico, inclusive em relação às medidas, formas e cores.</p> <p>A peça deve vir acondicionada em estojo de veludo preto.</p>	200		
Total do Lote 03:				

4.2 – Valor total registrado: R\$ _____;

4.3 – Nos preços registrados estão incluídos a incidência tributária, e os demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao fornecimento deverão estar incluídas no preço proposto;

4.4 – Local de entrega: A entrega do material será efetuada na Assessoria de Relações Institucionais e Cerimonial da Presidência - ARIC, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, localizado na Rua Acre, nº 80/20º andar, sala 2001-A – Centro – Rio de Janeiro/RJ, das 12 às 17 horas, de 2ª a 6ª feira;

4.4.1 – A entrega deverá ser agendada, com antecedência mínima de 48 horas, através do e-mail: relacoesinstitucionais@trf2.jus.br, c/c para o e-mail: rp@trf2.jus.br e dos telefones: (0XX21) 2282-8181 e (0XX21) 2282-8389;

4.5 - Prazo de entrega:

4.5.1 – 1º prazo (entrega do protótipo): será de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada, pelo FORNECEDOR, da Nota de Empenho;

4.5.2 – 2º prazo - ENTREGA DO MATERIAL FINAL, APÓS APROVAÇÃO DOS PROTÓTIPOS: **até 15 (quinze) dias úteis**, contados a partir da data da aprovação final dos protótipos de cada item pela ARIC;

4.5.3 - Caso já exista aprovação prévia de protótipo, em virtude de já terem sido emitidas outras solicitações de fornecimento, o prazo de entrega será contado a partir da data de retirada da Nota de Empenho pelo FORNECEDOR;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

4.6 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos nesta Ata de Registros de Preços, em observância ao disposto no art. 23 do Decreto nº 11.462/2023;

4.7 - O preço registrado poderá ser revisto nos termos dos itens 6.10 a 6.10.3 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

5 - CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

5.1 – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, de acordo com o estabelecido no item 14.6 (subitens 14.6.1 ao 14.6.3) do Edital, e nas seguintes situações:

5.1.1 – pelo TRF – 2.^a RG:

5.1.1.1 – quando o Fornecedor descumprir as condições da presente Ata de Registro de Preços ou dos pedidos dela decorrentes;

5.1.1.2 – quando o Fornecedor não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.1.1.3 – quando o preço registrado se apresentar superior ao praticado no mercado e a contratada não aceitar reduzir o preço registrado;

5.1.1.4 - por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

5.1.1.5 - quando o Fornecedor sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do art. 156 da Lei n.º 14.133/2021;

5.1.1.6 - quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, hipótese em que será liberado sem aplicação de penalidade, desde que confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e que a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento;

5.1.1.7 - quando impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados;

5.2 – O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente;

5.3 – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao procedimento administrativo da presente Ata;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

5.4 – Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do item;

5.5 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o TRF poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

6 - CLÁUSULA SEXTA - DA SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO:

6.1 - O TRF – 2ª Região fará as aquisições mediante emissão de Nota de Empenho específica;

6.2 – A contratação será sempre representada pela Nota de Empenho (ou instrumento equivalente), sendo a celebração formalizada por meio de encaminhamento, ao Fornecedor com preço registrado na Ata de Registro de Preços, da nota de empenho, via e-mail ou ofício, devendo, nesses casos, ser acusado o seu recebimento, ou da sua retirada, pelo FORNECEDOR;

6.3 – O FORNECEDOR se compromete a atender todos os pedidos efetuados durante a validade da Ata, mesmo que a entrega deles decorrente esteja prevista para data posterior à do seu vencimento.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA – DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

7.1 - Os órgãos e as entidades que não participarem do procedimento de intenção de registro de preços poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos: (artigo 86, §2º, da Lei nº 14.133/2021 e artigo 31, do Decreto nº 11.462/2023)

7.1.1 - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

7.1.2 - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021;

7.1.3 - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor;

7.1.3.1 - eventual concessão de autorização por parte do Órgão gerenciador será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor, conforme subitem 7.4;

7.2 - O limite das aquisições ou das contratações, a que se refere o subitem 7.1, não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados para o Órgão gerenciador e para os órgãos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

ou as entidades participantes. (artigo 86, §4º, da Lei nº 14.133/2021 e artigo 32, inciso I, do Decreto nº 11.462/2023);

7.3 - O limite global de adesões à ata de registro de preços, a que se refere o subitem 7.1, não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o Órgão gerenciador e para os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem (artigo 86, §5º, da Lei nº 14.133/2021 e artigo 32, inciso II, do Decreto nº 11.462/2023);

7.3.1 - O limite referenciado no subitem 7.3 não se aplica nas hipóteses descritas no artigo 32, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 11.462/2023;

7.4 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preço deverão encaminhar ofício ao órgão gerenciador, juntamente com a concordância e declaração do fornecedor, nos termos do subitem 7.1.3;

7.5 - Caberá ao fornecedor beneficiário desta Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e os órgãos participantes;

7.5.1. - A concordância do fornecedor beneficiário desta Ata de Registro de Preços deverá conter declaração de que não haverá prejuízos às obrigações presentes e futuras decorrentes desta Ata firmada com o TRF - 2ª Região;

7.6 - Ao órgão não participante que aderir a esta Ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

7.7 - O órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços;

7.8 - Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência desta Ata, desde que solicitada pelo órgão não participante;

7.9 - É vedada a participação de órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, ressalvada a hipótese de ata com registro de quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital;

7.10 - O órgão ou a entidade que integra esta Ata de Registro de Preços poderá aderir a item desta ata, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos no Edital.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

8 - CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE:

8.1. Os valores constantes no item 4.1 da Ata de Registro de Preços poderão ser reajustados após a periodicidade de um ano, contada da data do orçamento estimado pela Administração, ou da última atualização do valor contratual, em conformidade com os §§ 3º e 4º, “I”, do art. 92 da Lei nº 14.133/2021;

8.2. O reajustamento dos preços registrados será feito com base na variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - calculado e divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro indexador que a legislação determinar, de acordo com a fórmula a seguir:

$R = ((I - I_0)/I_0) \times V$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado.

I = Índice da data do reajuste.

I₀ = Índice da data do orçamento estimado pela Administração.

V = Valor do Preço Registrado.

9 – CLÁUSULA NONA – DO CADASTRO DE RESERVA:

9.1 - Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

9.1.1 - Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

9.1.2 - Mantiverem sua proposta original.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

10.1 – Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços;

10.2 – Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico – SRP N.º 90008/2024, seus anexos, as documentações e as propostas das empresas classificadas, independentemente de transcrição;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

10.3 – Quando houver alteração social na estrutura da empresa, esta deverá encaminhar à Divisão de Contratos (por meio dos e-mails dcont@trf2.jus.br ou secemp@trf2.jus.br ou à Rua Visconde de Inhaúma, n.º 68 – 2.º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20091-007), no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA : DA PUBLICAÇÃO:

Em conformidade com o disposto no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, o presente instrumento será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), por conta do Contratante.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO:

Para dirimir questões oriundas da presente Ata ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes a presente Ata.

PAULO CEZAR BRAGA EDMUNDO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Diretor-Geral

NOME

EMPRESA

Cargo



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

